



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Nº ordem: 12		ATA DE REUNIÃO	
Reunião COGEST	Data	23.mar.2018	
	Hora	10h às 12h	
	Local	Sala de Reuniões da Presidência	
Nome/Unidade dos Participantes			
Isabela Landim (Diretora-Geral)		Veruska Gueiros (Assessora em exercício da CRE)	
Sérgio Costa (Secretário da SA)		Márcia Regina (Secretária da STIC)	
Jane Leite (Secretária da SJ)		Maurício Filho (Secretário da SOF)	
Antônio Nascimento (Secretário da SGP)		Mônica Spreafico (Secretária da SCI - Observadora)	
Ana Cristina Vieira (Assessora da ASPLAN)		Sinara Batista - AGS	
1- Tópicos da Pauta			
Pauta	PIELE 2018		
Monitoramento da execução das ações planejadas	A ASPLAN apresentou o status do Piele e foi solicitado aos gestores que atualizassem suas pendências conforme planilha anexa.(ANEXO I)		
Priorização dos processos de trabalho para implementação da Gestão de Riscos – Plano de Contingência das Eleições	A ASPLAN apresentou os critérios para priorização de processos eleitorais, como parte da implementação da Gestão de Riscos, elegendo os processos eleitorais mais críticos, destacados no documento anexo. A DG determinou a inclusão do encerramento do alistamento no rol de processos prioritários. Aprovado pelo COGEST (ANEXOS II E II-A)		
Pauta	Relatório de Gestão 2017		
	O parecer da SCI não mais será anexado ao RG.		

RG 2017	Segundo a Secretaria, não há comando legal para tanto. O documento será elaborado no âmbito interno do TRE para subsidiar o plano de melhorias; A SCI ressaltou a necessidade de clareza e objetividade nas informações prestadas pelos gestores.
Pauta	Resultado do Plano de Logística Sustentável
Apresentação e análise de Resultados do PLS	AGS apresentou resultados do PLS. Documento anexo.(ANEXO III)
Pauta	Revisão do Plano Diretor de TIC
Apresentação das alterações do PDTIC, para validação do COGEST (SEI 0008507-96)	A STIC apresentou as alterações do PDTIC para 2018, validadas pelo COGEST, e posteriormente submetidas ao Presidente, através de portaria. (ANEXO IV)
Pauta	Sistema informatizado Portaria TRE-PE n.º 96/2018
Validação das unidades gestoras dos Sistema Informatizado (GSIs), em cumprimento ao determinado na Portaria TRE-PE n.º 96/2018	- A STIC esclareceu a função precípua do gestor de negócios e solicitou às unidades que não o fizeram que validem os sistemas informatizados. Deliberou-se que: - haverá uma reunião entre DG, STIC, CRE e SCI para definições sobre os sistemas que estão sob a gestão dessas unidades; e que: - o anexo da IN 11 será revisado para retirada da DG como gestora do SADP, uma vez que definiu-se que CRE e SJ serão as únicas gestoras do SADP; - a SGP, juntamente com DG, serão gestores do SIGHE; - a ASCAI foi removida da gestão do SIGE; - a ASPLAN não é gestora do SISPEL (91), somente a Ouvidoria será; - a Ouvidoria é a gestora do sistema 41; - a ASPLAN será gestora do SIMPLA - BIOMETRIA; - apenas a ASCAI será gestora da agenda corporativa; - BALANCETES será descontinuado; - DJE - REMESSA será gerido apenas pela Seção de Expedição; - a Presidência será gestora do MALOTE DIGITAL; - a CRE permanece gestora do OcorreJE; - a ASSEC será a única gestora do SIAC (68); - a SJ validou a gestão dos sistemas 13, 24, 28, 29, 30, 37, 43, 44, 45 (registrar - 2º grau), 61, 64, 65 e 93. (ANEXOS V/VA)

Pauta	Limite orçamentário
Acórdão nº 2779/2017-TCU-Plenário. Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal	O TSE comunicou, através de ofício, o acórdão 2779/2017 acerca da redução de custos. A SOF elaborará minuta de email para divulgação, pela DG, aos servidores. (SEI 0006112-34) (ANEXO VII/ VII A)
Pauta	Alteração do PCI 2018
Aquisição de 5 frigobares para atender demanda das comissões para as eleições 2018. (SEI 0023358-2)	- Item 68 do plano da COMAP. - Valor de R\$ 3.949,55 (três mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Sugere como fonte orçamentária de custeio o valor destinado ao aluguel do imóvel de Águas Belas. - Planilha com evidências do impacto consta no SEI 0006258-75. Doc 0583845 Remanejamento APROVADO pelo COGEST, condicionado à confirmação da SOF.
Manutenção de Paleteiras Hidráulicas (SEI 0014722-25)	- Item 08 - plano da CEA - Complementar o orçamento 2018 em R\$ 29.614,55 para pagar 09 meses de contratação neste exercício. - Valor total da licitação - 2018/2019 - R\$ 43.500,00 - Valor para 2018 - 09 meses - R\$ 32.625,00 - Disponível no plano 2018 - R\$ 3.010,45 - Origem do reforço - Sobra orçamentária decorrente de economia com a locação do Galpão do Patrimônio - Fundamentação no art. 3º, inciso IX, da Portaria TRE-PE n.º 716/2017. - Planilha com evidências do impacto consta no SEI 0006258-75. Doc 0583845 Remanejamento APROVADO pelo COGEST.
Alteração do valor estimado para contratação de Telefonia Móvel (SEI 0008507-96)	- Quanto aos valores informados na planilha(validados pela SOF) de alteração do PCI, item 32, telefonia móvel, aprovou-se o remanejamento da sobra da contratação do item 33 (telefonia fixa). - Disponibilidade : R\$ 51. 396, 48. Serão utilizados R\$ 39.450,70. (ANEXO VI)
Pauta	Estruturação de Processo de Trabalho
Análise para validação do	

processo de trabalho de gerenciamento de deliberações do COGEST (SEI 0007586-40)	• Destacou-se a importância da análise da IN que trata do assunto. Prazo para análise e encaminhamento das unidades responsáveis : COGEST.27/3.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO COSTA ANDRADE, Secretário(a)**, em 26/03/2018, às 13:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JANE LEITE WANDERLEY, Secretário(a)**, em 27/03/2018, às 14:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA REGINA GOMES DE MELO, Secretário(a)**, em 02/04/2018, às 09:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO, Secretário(a)**, em 02/04/2018, às 10:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SINARA BATISTA DA SILVA, Analista Judiciário(a)**, em 03/04/2018, às 09:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO, Secretário(a)**, em 03/04/2018, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 04/04/2018, às 15:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA VIEIRA DE BARROS CORREIA, Assessor(a) Chefe**, em 05/04/2018, às 10:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VERUSKA MÉLO SCHETTINI DE OLIVEIRA, Chefe de Seção**, em 09/04/2018, às 09:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0583323** e o código CRC **D5F63477**.

MONITORAMENTO - PIELE 2018

MACROPROCESSO / COMISSÃO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	CALENDÁRIO DE ENTREGAS - FEV/2018
Cadastro de eleitores	Fechamento do Cadastro	CSC/CRE	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES; 2)Estabelecer orientações específicas aos cartórios, que não constem na Resolução dos Atos Preparatórios; 3)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 4) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
Registro de Candidaturas e Diplomação (RECURSOS VALIDADOS)	Análise e Julgamento dos Requerimentos de Reg de Candidaturas	SJ	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
Propaganda Eleitoral (RECURSOS VALIDADOS)	Fiscalização da Propaganda Eleitoral da Capital	Presidente da Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral da Capital	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES; 2) Revisão de legislações esparsas , quais sejam: mural eletrônico e intimações eletrônicas.
	Julgamento das Representações por Descumprimento à Lei 9504/97 (Lei das Eleições)	Presidente da Comissão de Desembargadores Auxiliares	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES; 2) Revisão de legislações esparsas , quais sejam: mural eletrônico e intimações eletrônicas. 3) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
Prestação de Contas (RECURSOS VALIDADOS)	Análise e Julgamento das Prestações de Contas Eleitorais	SCI	Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
Atos Preparatórios	Designação dos Locais de Votação	CSC/CRE	1)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
	Composição das Mesas Receptoras e Administração dos Locais de Votação	CSC/CRE	1)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
	Gestão do Treinamento dos Mesários e Administradores de Prédio	Presidente da Comissão de Mesários	1) Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)
	Geração de Mídias	COSIS	1)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do PIELE (0023925-11.2017.6.17.8000)

Vermelho : não realizado

Verde : realizado

Preto : não foi evidenciado através da vinculação ao SEI do PIELE (pode ter sido ou não realizado)

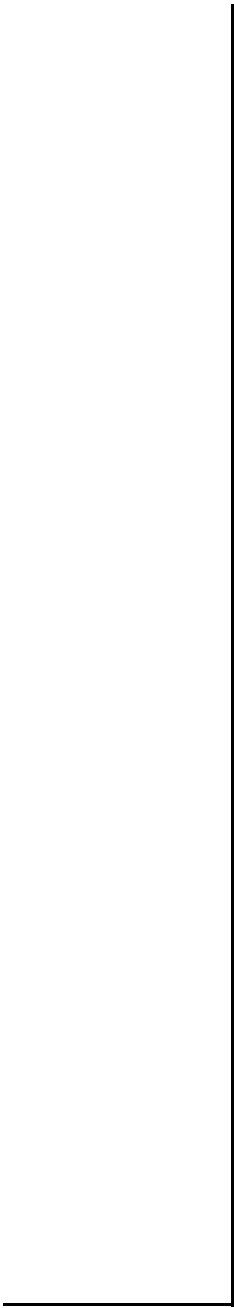
	Preparação de Urnas	COSIS	1)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
	Logística de Urnas e Mídias	COGEL	1)Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE ; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
GT e Comissão de Votação Paralela			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2)Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)-
Comitê de Suporte para as contingências da votação			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
Coordenação das Equipes de ST e SL			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
Disque Eleitor			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
Equipe Técnica para Pontos Avançados de Transmissão – 1º turno			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
DIVULGA			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)
Comissão de recebimento das cabinas de votação			1)Providenciar as solicitações de recursos e formalização da Comissão; 2) Vincular os SEIS cujos objetos sejam solicitações de recursos ao SEI do Piele (0023925-11.2017.6.17.8000)

APOIO		CALENDÁRIO DE ENTREGAS - FEV/2018	PLANOS
PESSOAS	Formação, Treinamento e Alocação de Equipes	1) Elaboração de diretrizes gerais; 2) Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE; 3) Plano de ação para inserção no SIMPLES.	-
	Gerenciamento de Serviços Extraordinários de Eleição	-	-
	Requisição de servidores para atuação nas eleições	-	-
	Gerenciamento de auxílio alimentação para mesários	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES;	-

INFRAESTRUTURA FÍSICA	Planejamento e disponibilização de Infraestrutura Física p/ os processos das Eleições	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES;	Plano de adequação de infraestrutura física (CEA/COMAP/STIC) : 02/03/2018
INFRAESTRUTURA DE MATERIAIS	Planejamento e disponibilização de Infraestrutura de Materiais p/ os processos das Eleições	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES;	Plano de disponibilização de materiais nos cartórios
INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS	Planejamento e disponibilização de Infraestrutura de Serviços p/ os processos das Eleições	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES;	Plano de disponibilização de carregadores: 20/11/2017 Plano de disponibilização de AAEs : 20/11/2017; Plano de disponibilização de veículos:20/11/2017.
INFRAESTRUTURA DE TIC	Planejamento e disponibilização de Infraestrutura de TIC para os processos das Eleições	1)Cadastramento e monitoramento das ações no SIMPLES;	Plano de infraestrutura de tecnologia da informação
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Gestão da Comunicação de Eleições	Diretrizes para comunicação interna/externa Relação de interlocutores por processo FAQ - é possível? Analisar possíveis melhorias e utilização dos recursos no sítio eletrônico	Plano de comunicação para as eleições 2018
	Gerenciamento de eventos institucionais	Definição de diretrizes para planejamento e integração de eventos institucionais no período eleitoral	-
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	Gestão da Segurança Institucional para os processos das Eleições	1) Revisão da Res. Atos Preparatórios, considerando a publicação da Resolução TSE	Plano de segurança para as eleições 2018

SIMPLES - MONITORAMENTO	
UNIDADE	PENDÊNCIA
ASCOM	Monitoramento
ASSEG	Monitoramento
CPP	Cadastramento das ações / monitoramento
CPROP	Cadastramento das ações / monitoramento
CRE	Cadastramento das ações / monitoramento
DG	Monitoramento
COAD	Monitoramento
SCI	Monitoramento
SGP	Monitoramento
COMAP	Monitoramento





Priorização de Processos Eleitorais

Gestão de Riscos

✓ **Agente Executor:**

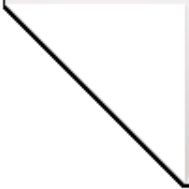
- 1 – Servidor do Tribunal
- 2 – Externo com supervisão direta de servidor do TRE-PE
- 3 – Externo, sem supervisão direta de servidor do TRE-PE.

✓ **Prazo para correção de falhas:**

- 1 – Prazo maior que 48h
- 2 – Prazo de 24h até 48h
- 3 – Imediato – Até 24h.

✓ **Percepção dos impactos pela Sociedade :**

- 1 – Após 48h
- 2 – Entre 24h a 48h
- 3 – Imediata, menos de 24h.



ANÁLISE DE CRITICIDADE PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS

Macroprocesso	Processo	Agente Executor	Prazo para correção
Cadastro de Eleitores	1. Encerramento do Alistamento	1	2
	2. Fechamento do Cadastro	1	3
Registro de Candidaturas	3. Análise e Julgamento dos Requerimentos de Registro de Candidaturas	1	2
Propaganda Eleitoral	5. Fiscalização da Propaganda Eleitoral da Capital	1	2
	7. Julgamento das Representações por Descumprimento à Lei 9504/97 (Lei das Eleições)	1	3
Prestação de Contas	8. Análise e Julgamento das Prestações de Contas Eleitorais	1	3
Atos Preparatórios	10. Designação dos Locais de Votação	1	1
	11. Composição das Mesas Receptoras e Administração dos Locais de Votação	1	1
	12. Gestão do Treinamento dos Mesários e Administradores de Prédio	1	1
	13. Geração de Mídias	2	2
	14. Preparação de Urnas	2	2
	15. Logística de Urnas e Mídias	3	3
Gerenciamento da votação	Votação	3	3
Apuração-Totalização e Divulgação de Resultados	16. Apuração-Totalização dos Votos e Divulgação dos Resultados	1	3
	17. Gestão do Recolhimento das Mídias e Transmissão dos Resultados	3	3
Diplomação	18. Preparação da Cerimônia de Diplomação	1	2
	19. Diplomação dos Eleitos	1	1

Repercussão junto à sociedade	Resultado
3	6
1	3
1	2
2	4
2	6
1	3
1	1
1	1
1	1
1	4
1	4
3	27
3	27
3	9
3	27
2	4
3	3



Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco



Assistência de Gestão
Socioambiental

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Relatório de Desempenho Socioambiental 2017

Grupos Executivos

GESTQUALI

Grupo Executivo da Saúde
Total e Qualidade de Vida

GEEAS

Grupo Executivo de Engenharia
e Arquitetura Sustentável

GEDUCS

Grupo Executivo de
Comunicação, Capacitação
e Educação para
Sustentabilidade

GETIC

Grupo Executivo para os
Serviços de Telefonia,
Impressões e Tecnologia da
Informação e Comunicação

PLS-TRE-PE

Portaria
nº 983/2015

GECONS

Grupo Executivo
para o Consumo
Sustentável de
Materiais

GERES

Grupo Executivo para
Gestão Sustentável de
Resíduos

GECPS

Grupo Executivo de
Contratações Sustentáveis

GETRANS

Grupo Executivo de
Transporte Sustentável

Temas

1) Papel

2) Copos Descartáveis

3) Água Envasada embal.
Plástica

4) Impressão

5) Telefonia

6) Energia Elétrica

7) Água e Esgoto



8) Gestão de Resíduos

9) Reformas

10) Limpeza

11) Vigilância

12) Veículos

13) Combustível

14) Qualidade de Vida

15) Capacitação Socioambiental



Indicadores Estratégicos

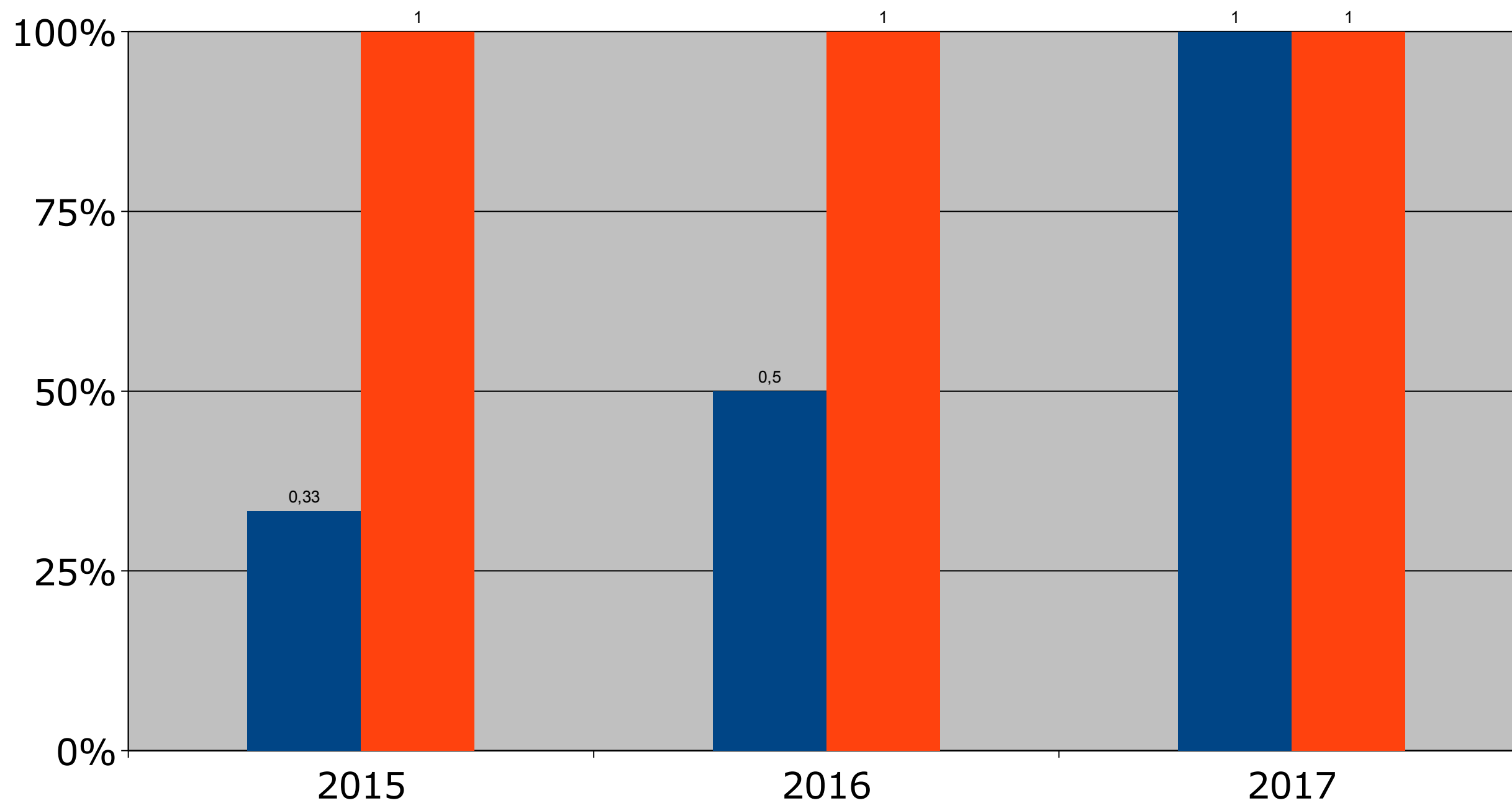
Objetivo Estratégico	Principais Resultados Esperados
Melhorar a relação com o Ambiente	• Implantação das diretrizes legais instituídas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS). • Desempenho eficaz nos resultados das metas do PLS; • Disponibilização de informações consistentes dos indicadores previstos na Resolução CNJ n.º 201/2015.

Indicadores Estratégicos

Mede o percentual de requisitos legais do PLS implementados pelo TRE



ID 16 - Índice de requisitos do PLS implementados

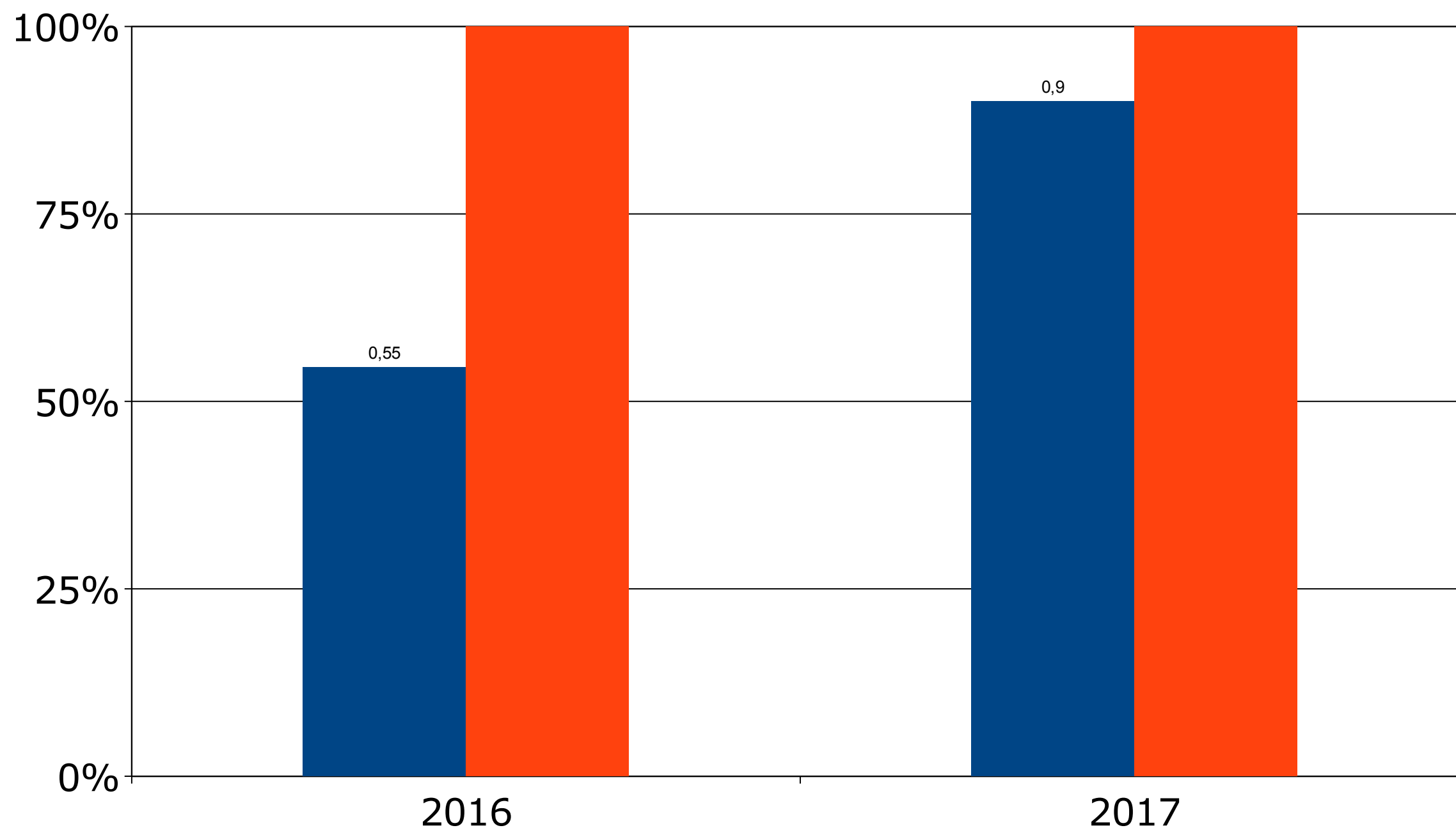


Indicadores Estratégicos

Mede o desempenho percentual de alcance das metas do PLS/TRE-PE.

Boa
aproximação
da Meta

ID 17 - Índice de alcance das metas do PLS do TRE-PE



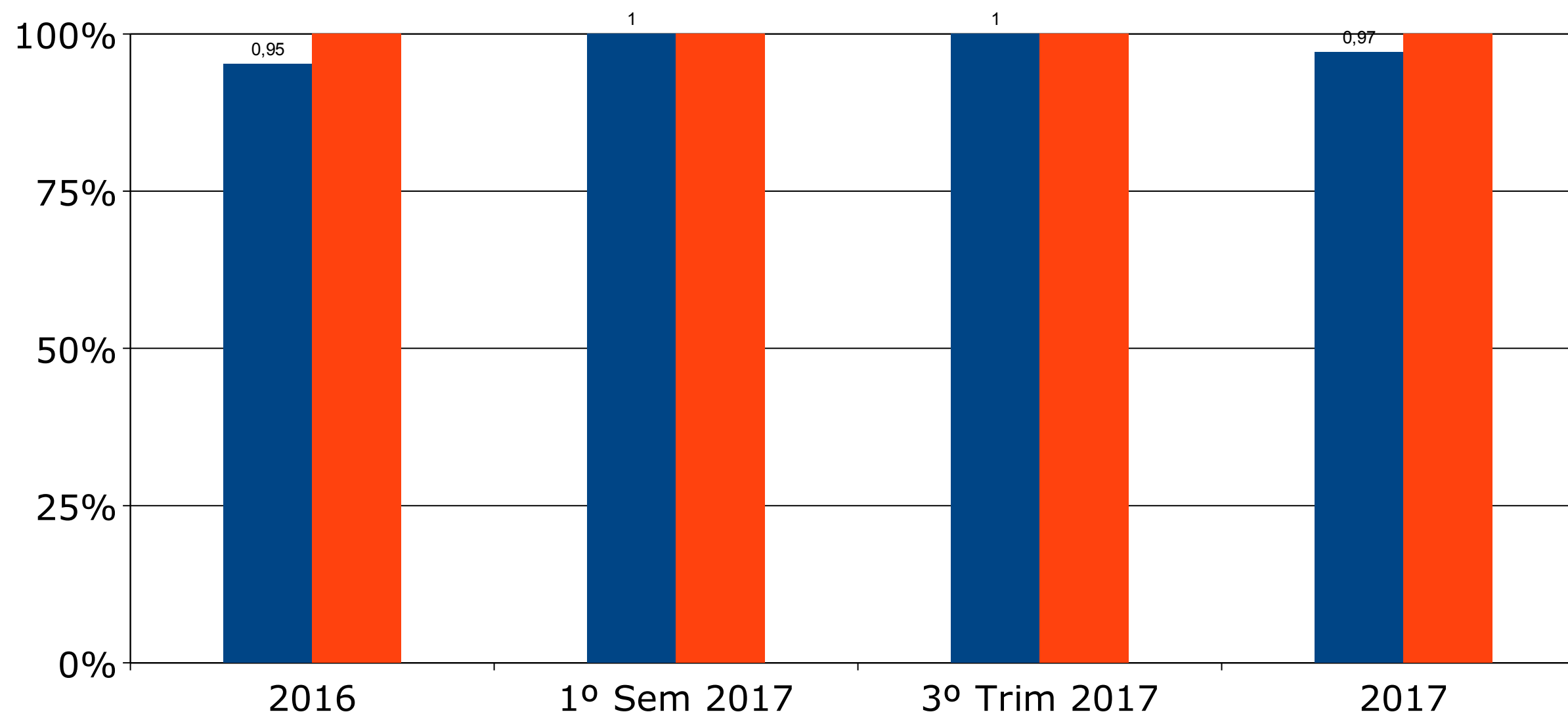
Indicadores Estratégicos

15 T

Boa
aproximação
da Meta

Mede o percentual de indicadores monitorados pelo PLS/TRE-PE x mínimos estabelecidos para os PLS/PJ (Res. nº 201/2015-CNJ).

ID 18 - Índice de aderência aos indicadores mínimos do PLS



Indicadores Operacionais

Mensal: 35 indicadores

Anual: 104 indicadores

Não aferidos:

a) Quantitativo de impressões

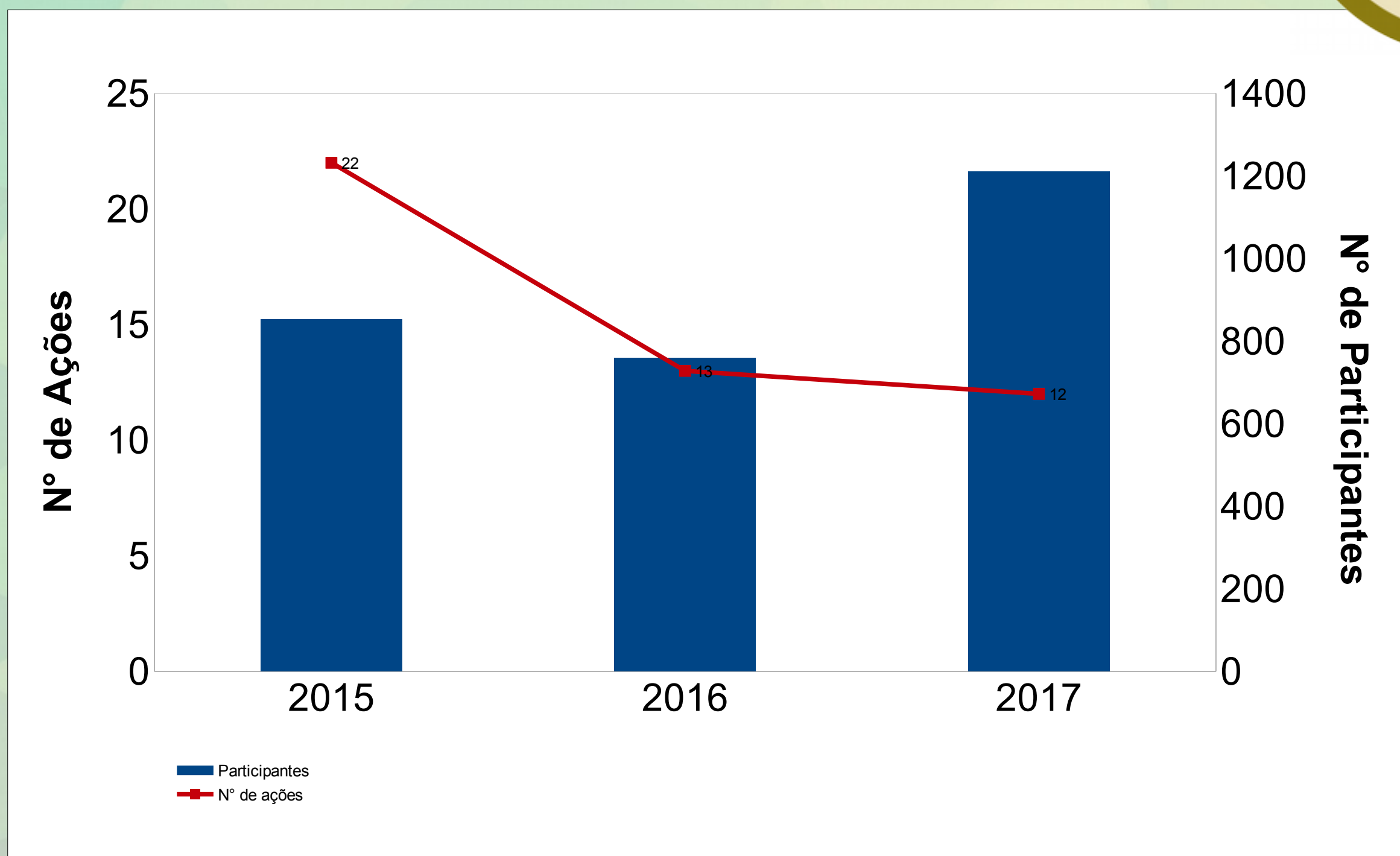
b) Desempenho dos equipamentos de impressão

c) *Outsourcing*: TRE-PE não dispõe de contratos
(excluído do cálculo)

d) Quantitativo de resíduos de reformas

QUALIDADE DE VIDA

Meta: Alcançar no mínimo 15% do corpo funcional (222 servidores).
Resultado: Alcance de 80,9% dos servidores*.

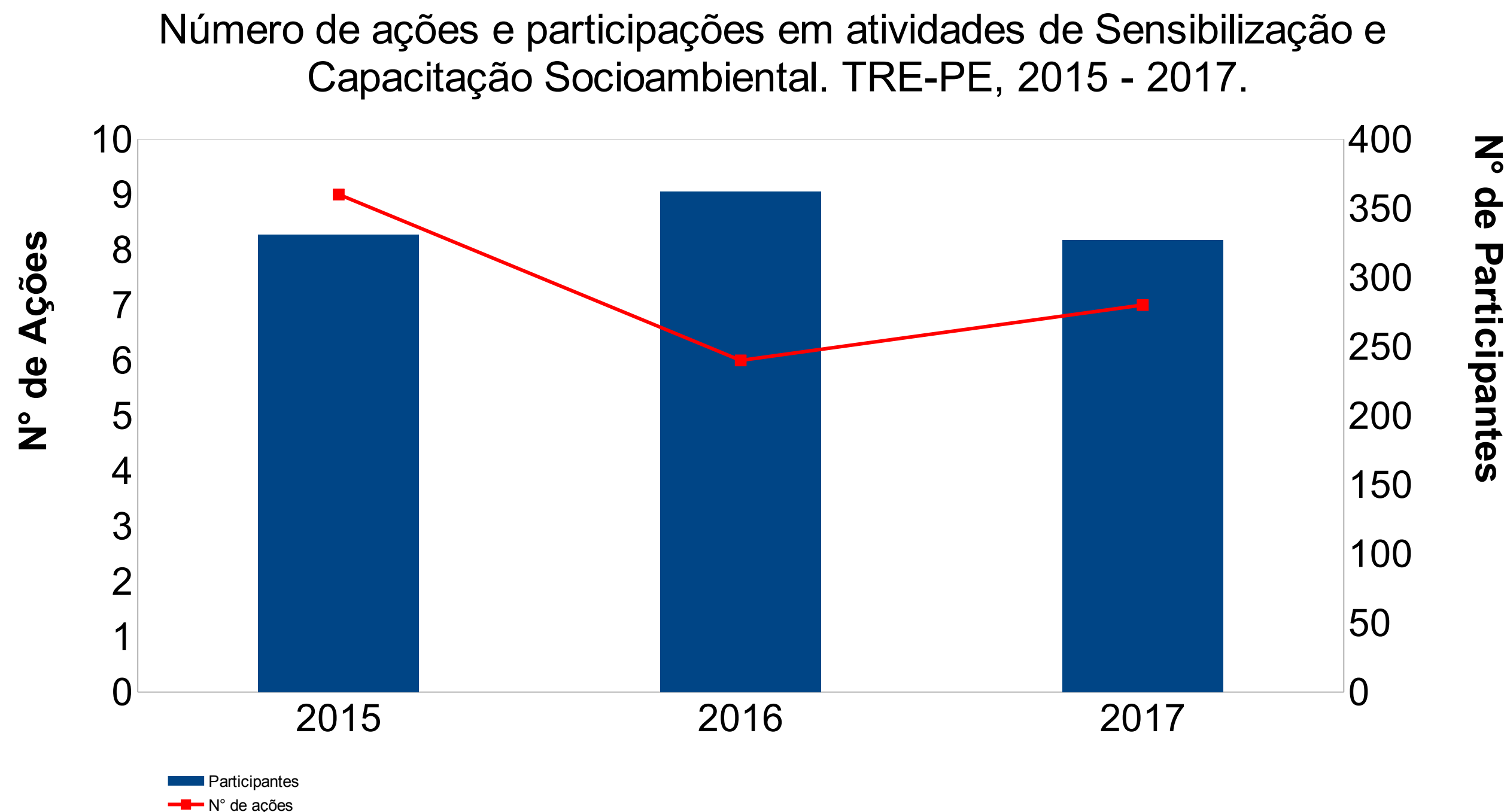


*Não estão incluídas outras ações relacionadas ao tema, a exemplo das desenvolvidas pela CAS.

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL



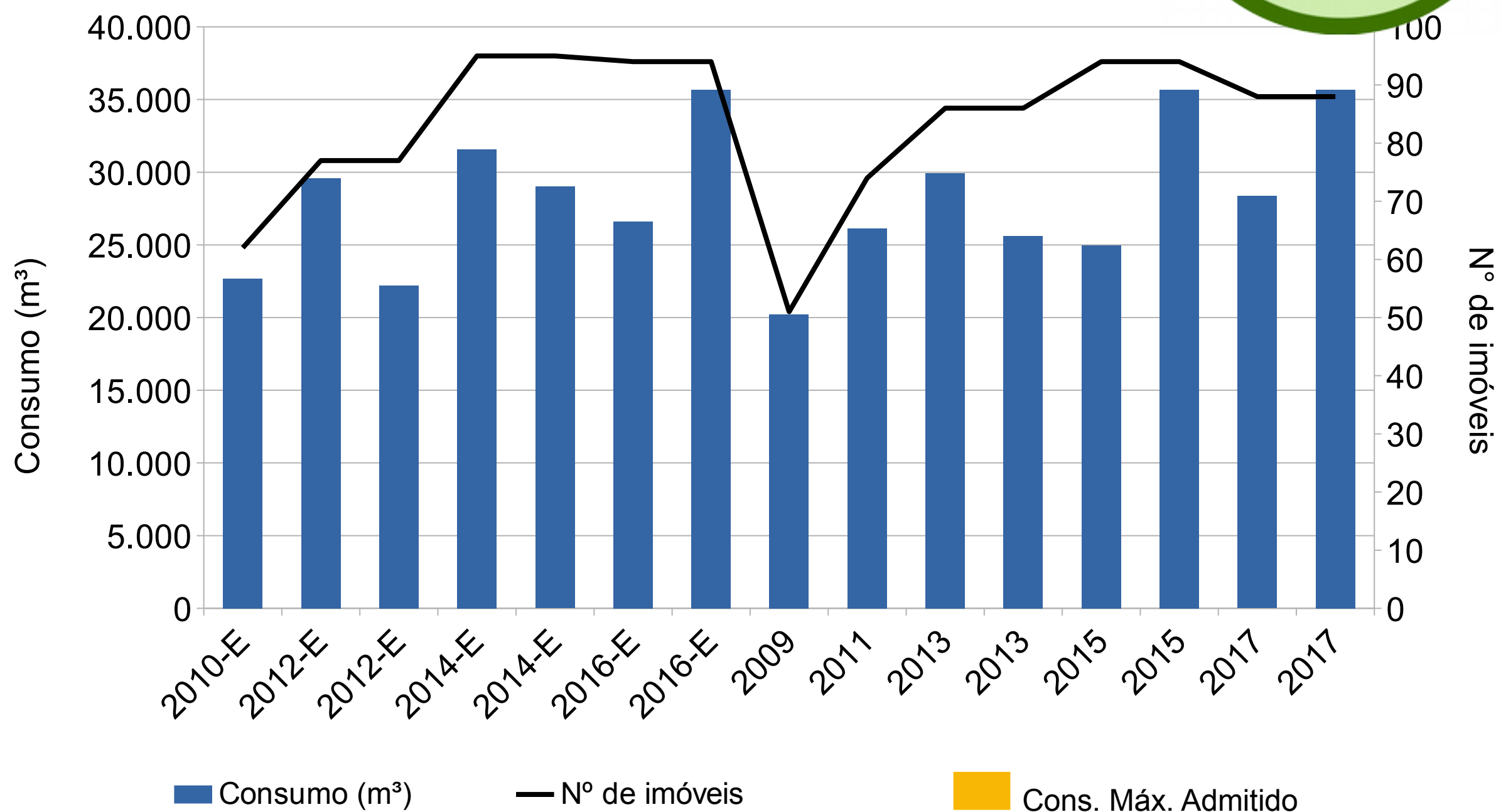
Meta: Alcançar no mínimo 10% do corpo funcional (14
Resultado: **Alcance de 21,4% dos servidores.**



ÁGUA & ESGOTO



Evolução anual do consumo de água, número de prédios TRE-PE, 2009-2017.





Variação no consumo e nº de imóveis

Ano	x CMA (%)	x ano anterior correspondente (%)	Variação imóveis (%)
2015	-30,0	-16,6	9,3
2016	-29,2	-15,8	-1,1
2017	-27,9	13,6	-6,4



+3.397m³

Rol de Sistemas Informatizados - TRE-PE

(para definição de Gestor -> § 2º do artigo 3º da Port. Pres. nº 96/2018)

Sistema informatizado	Unidade/Comissão Responsável pela Gestão de Negócio
1. ACESSO – Sistema para Acesso a SADP, SIAC, DJe-Remessa e Editor	SESOP
2. AGENDA – Sistema de Agenda Corporativa	ASCAI, SJ, ASCOM
3. AGENDABIO – Sistema para agendamento de atendimento biométrico	CRE, ASPLAN, CONZE
4. ALEPH – Sistema integrado de bibliotecas	EJE
5. AUDI – Sistema de Auditoria	SCI
6. AUDITSE – Sistema de Auditoria Integrada	SCI
7. ASI-ALMOX – Solução para a Gestão em Almoxarifado	SEAL
8. ASI-SCP – Solução para a Gestão em Patrimônio	SEPAT e SEAL
9. BALANCETES – Sistema de Balancetes de Partidos Políticos	SJ
10. Boletim na Mão (App)	SESEL
11. Busca Servidor – Localização de Servidor, Ramal, Unidade	ASCOM, SECARF, SELOG
12. CADASTRADIGITAL – Sistema de cadastramento de digitais	SECARF e SEAJE
13. CANDIDATURAS – Sistema de Candidaturas	SJ
14. Consulta RFB – Sistema para consulta de CNPJ e CPF na Receita Federal	SCI
15. DIARIAS – Sistema de Diárias	DIÁRIAS-SGP, SOF
16. DIRF (SISFORN) - Comprovante Anual de Retenção - DIRF	SOF
17. DJE-EDITOR – Diário de Justiça Eletrônico (módulo editor)	Seção de Expedição
18. DJE-REMESSA – Diário de Justiça Eletrônico (módulo remessa)	DG, Seção de Expedição, SJ
19. ELEITOR_FUTURO – Sistema Eleitor do Futuro	EJE
20. ELO – Eleitor Online (Sistema de Manutenção do Cadastro Eleitoral)	CRE
21. EXPEDE – Sistema Expede (módulo Expedição)	Seção de Expedição
22. EXPEDECL – Sistema Expede (módulo Cliente)	Seção de Expedição
23. GERENCIAMENTO – Sistema de Gerenciamento da Totalização	SESEL
24. HE – Sistema de Horário Eleitoral	SJ
25. INFODIP – Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos	CRE
26. INFODIPweb - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (para usuário externo)	CRE
27. iPleno – Sistema de Gerenciamento da Sessão Plenária	SJ
28. ITAR – Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções	SJ
29. JUNTAS – Sistema de Juntas Eleitorais	SJ
30. LEGIS – Sistema de Legislação	SJ
31. Local de Votação – Consulta local de votação do Eleitor (internet)	ASCOM, SEWEB
32. LOGUSweb – Gestão de UEs	SESEL
33. MALOTE DIGITAL – Sistema de envio de correspondências oficiais entre órgãos do Poder Judiciário	DG
34. MESARIO – Sistema de Mesário Voluntário	EJE
35. Mesários (App)	CONZE, COMISSÃO DE MESÁRIOS
36. METASCNJ – Sistema de Controle de Metas do CNJ	ASPLAN
37. Mural Eletrônico	SJ
38. OcorreJE – Ocorrências de Urnas e Prisões	CRE
39. ODIN – Sistema de Autenticação e autorização da Justiça Eleitoral	SESEL
40. Onde Votar e Justificar (App)	ASCOM, SESEL
41. OUVIDORIA – Sistema de Ouvidoria	OUVIDORIA
42. PARDAL – Sistema de Denúncias Eleitorais	CENTRAL DE DENÚNCIAS
43. PesqEle 2016 – Sistema de Pesquisas Eleitorais	SJ
44. PETIÇÃO On line	SJ
45. PJe – Processo Judicial Eletrônico	SJ
46. PLONE – Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (INTERNET – JE)	ASCOM
47. Portal SPCA – Portal do Sistema de Prestação de Contas Anual	SCI
48. PortCRE – Portal da Transparência	CRE

Sistema informatizado	Unidade/Comissão Responsável pela Gestão de Negócio
49. PREPARAÇÃO – Sistema de Preparação da Totalização	SESEL
50. PUBLICANET – Sistema de Gerenciamento de Conteúdo	ASCOM
51. QUEST – Sistema de Questionários	ASPLAN, SGP
52. RECORRE – Sistema de Registro e Controle de Ocorrências (Eleição)	ASPLAN
53. REGISTRA_PONTO – Sistema para registro de frequência	SECARF, SEAJE/COPES
54. REMOÇÃO – Sistema para operacionalização de Concursos de Remoção	SELOG/COEDE
55. RESULTADOS (App)	ASCOM
56. Resultado de Eleições Anteriores	ASCOM, SEDESENV
57. SAC-SA – Sistema de Acompanhamento de Chamados da SA	Seção de Manutenção
58. SAC-SGP – Sistema de Acompanhamento de Chamados da SGP	SGP (desuso)
59. SAC-STIC – Sistema de Acompanhamento de Chamados da STIC	SESOP
60. SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos	DG
61. SAPF – Sistema de Apoio a Partidos em Formação	SJ
62. SASS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor	SEAS/CAS
63. SEI – Sistema Eletrônico de Informações	DG
64. SGIP – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	SJ
65. SGIPin – Sistema de Gerenc. de Inform Partidárias (módulo interno)	SJ
66. SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos	SGP
67. SGRHweb - Sistema para Acesso ao SGRH web	SGP
68. SIAC – Sistema de Acompanhamento de Contratos	ASSEC, SA não está utilizando
69. SIAC-SIAFI – Importação de dados do SIAFI para o sistema SIAC	SOF
70. SIAFI – Sistema Integrado de Adm. Financeira do Governo Federal	SOF
71. SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	DG
72. SICAF – Cadastro de Fornecedor - COMPRASNET	DG
73. SICEL – Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais	CRE
74. SICO – Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias	SCI
75. SIEL – Sistema de Informações Eleitorais (módulo Administração)	CRE
76. SIG – Sistema de Informações Gerais	SEC, DG, SEAJE/COPES
77. SIGA – Sistema de Gestão e Aceite de Produtos e Serviços	SEGEL
78. SIGE – Sistema de Gerenciamento de Eventos	EJE, ASCAI, SEDOC/COEDE
79. SIGEC – Sistema de Gerenciamento de Custos	SOF
80. SIGEPE – Sistema de Gestão do Programa de Estágio	SELOG/COEDE
81. SIGEPRO – Sistema de Acomp. e Gerenciam. da Proposta Orçamentária	SOF
82. SIGETRANS – Sistema de Gestão de Transportes	Seção de Transportes
83. SIGHE – Sistema de Gestão de Horas Extras	DG, SGP, SOF
84. SIGWEB – Sistema de Informações Gerais (módulo WEB)	ASCOM
85. SIM – Sistema de Monitoramento de Ações	ASPLAN
86. SIMPLA – Sistema de Monitoramento do Plano de Ação	ASPLAN
87. SIMPLA-BIOMETRIA – Sistema de Monitoram. das Ações da Biometria	ASPLAN
88. SIMPLES – Sistema de Monitoramento do Planejamento das Eleições	ASPLAN
89. SISDOC – Sistema de Documentos	DG
90. SISLOG – Sistema de Logística	SEGEL
91. SISPEL – Sistema de Pesquisa de Satisfação do Eleitor	ASPLAN, OUVIDORIA
92. SISPRO – Sist. de Submissão de Proposições de Trabalhos e Temas	SEWEB
93. SJUR – Sistema de Jurisprudência	SJ
94. SPCA – Extrato Bancário – Sistema de Prestação de Contas Anual	SCI
95. SPCEweb – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais	SCI
96. SQAI – Sistema de Gerenciam do Questionário de Avaliação Institucional	ASPLAN
97. SUPRE – Sistema de Suporte ao Processo Eleitoral	SEDESENV
98. VOLUNTARIO – Sistema de Voluntários	SEBEN/COEDE
99. Citrix (XenApp) – Software de Compartilhamento de Aplicativos	SERES
100. Pandion – Cliente para troca de mensagens instantâneas (chat)	SESOP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
DIRETORIA-GERAL

ANÁLISE DE ALTERAÇÕES DO PLANO DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

Unidade: **STIC**

UNIDADE GESTORA DO PLANO DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS			STIC		DATA DA ATUALIZAÇÃO DO PCI	30/03/2018	
ORD.	CONTRATAÇÃO	ANÁLISE CRÍTICA					
		OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	ALTERAÇÃO REALIZADA	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	* VINCULAÇÃO E ANÁLISE DE IMPACTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEI / PGP e PLANEJAMENTO SETORIAL.	OBSERVAÇÃO (POR EX. INCLUIR DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)	
32	Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades local (VC1) de Longa Distância Nacional (VC2 e VC3) para uso pelos cartórios eleitorais, equipe de suporte tecnológico e comissão de propaganda.	Prestar serviço móvel para os cartórios eleitorais, equipe de suporte tecnológico e comissão de propaganda.	Incremento na estimativa preliminar da contratação em R\$ 39.450,70, passando o valor estimado a ser R\$ 60.901,19.	Inclusão de pacote de dados nos planos de telefonia móvel, visando: ➔ Oferecer outras formas de comunicação; ➔ Possibilitar o acesso a aplicativos oficiais e comunicação por redes sociais; ➔ Possibilitar formação de grupos para comunicação em maior escala.	A contratação a ser alterada está vinculada com: ➔ Objetivo 9 do PEI/PGP; ➔ Objetivo 2 do PETIC; ➔ Meta 2 do PDTIC.	Utilização de sobra orçamentária da contratação “33 - Prestação do Serviço Telefônico Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional Intra-regional e inter-regional”.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
DIRETORIA-GERAL

***Legenda:**

- o PEI – Planejamento Estratégico Institucional;
- o PGP – Plano de Gestão da Presidência;

***Observações:**

- o **Vinculação com Objetivos Estratégicos do PEI e Planejamento Setorial** – Deve ser registrado o código de vinculação da contratação com o PEI/PGP e planejamentos setoriais, quando houver na unidade.
- o **Análise de impacto com os objetivos estratégicos** – Devem ser registradas informações da análise do gestor da unidade sobre o impacto que a alteração da contratação provocará no alcance dos resultados estabelecidos no objetivo estratégico do Tribunal.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Ofício-Circular nº 41 GAB-DG

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Diretor(a)-Geral do Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Acórdão nº 2779/20 17-TCU-Plenário. Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

Senhor(a) Diretor(a)-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia do Acórdão nº 2779/20 17-TCU-Plenário – por meio do qual o Tribunal de Contas da União apreciou o processo TC 014.133/2017-2, que trata de Relatório de Auditoria de conformidade, com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União a fim de assegurar o cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016 – para conhecimento e providências, em especial da determinação constante do item 9.1.2.

Atenciosamente,

RODRIGO CURADO FLEURY
DIRETOR-GERAL

Documento assinado eletronicamente em **27/02/2018, às 18:33**, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



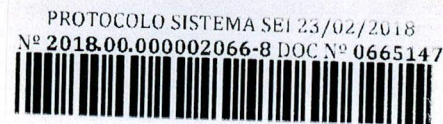
A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0667147&crc=A5E617E2, informando, caso não preenchido, o código verificador **0667147** e o código CRC **A5E617E2**.

2018.00.000002066-8

Documento nº 0667147 v6



Tribunal de Contas da União
Secretaria de Macroavaliação Governamental



Ofício 0027/2018-TCU/Semag, de 22/2/2018
Natureza: Notificação

Processo TC 014.133/2017-2

A Sua Senhoria o Senhor
LUCIANO FELÍCIO FUCK
Secretário-Geral
Tribunal Superior Eleitoral
SAFS Quadra 07, Lotes 1/2
70.070-600 - Brasília - DF

Senhor Secretário-Geral,

1. Notifico o Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2779/2017-TCU-Plenário, Relator Vital do Rêgo, Sessão de 6/12/2017, por meio do qual o Tribunal apreciou processo TC 014.133/2017-2, que trata de Relatório de Auditoria de conformidade com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016.
2. Encaminho cópia do referido acórdão, para conhecimento desse Órgão, bem como de todos os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) vinculados, em especial da determinação contida no item 9.1.2.
3. Importa registrar que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
4. Por fim, informo que o Tribunal, por meio desta Secretaria, encontra-se à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ
Secretario

Endereço: SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo III Sala 352 - SAFS - 70042-900 - Brasília / DF
Tel.: (61) 3316-7640 - Fax: (61) 3316-7535 - email: semag@tcu.gov.br
Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 58840885.

ACÓRDÃO Nº 2779/2017 – TCU – Plenário

1. Processo TC 014.133/2017-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Defensoria Pública da União; Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público Federal; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Senado Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que:

9.1.1.1. considerem o limite de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 ao elaborarem o projeto de lei de diretrizes orçamentária (PLDO) e projeto de lei orçamentária (PLOA) referentes ao exercício de 2019 e subsequentes; e

9.1.1.2. orientem os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, sob a égide do Novo Regime Fiscal, acerca das medidas necessárias a serem adotadas no período de 2018 a 2020, a fim de assegurar o cumprimento do limite individualizado de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016, sem perder, contudo, as suas capacidades operacionais de funcionamento;

9.1.2. ao Poder Executivo Federal, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça, à Justiça do Trabalho, à Justiça Federal, à Justiça Militar da União, à Justiça Eleitoral, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério Público da União, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Defensoria Pública da União, tendo em vista o disposto no art. 107 da EC 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, § 6º, da Lei 13.473/2017, que adotem medidas com intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas, considerando como forma de incentivo ao compartilhamento de boas práticas para atingimento dos objetivos do Novo Regime Fiscal, e a título de exemplo, o rol descritivo de medidas de contenção de despesas, constante do Anexo II do Relatório de Auditoria;

9.2. levantar o sigilo das peças 53 e 54;

9.3. manter como sigilosas as peças 58 e 59, com fulcro no art. 23, inciso IV, da Lei 12.527/2011, c/c o art. 25, inciso V, do Decreto 7.724/2012;

9.4. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que acompanhe o impacto decorrente da Lei 13.412/2016, que aprovou o plano de carreira da Defensoria Pública da União, quando proceder à fiscalização da evolução das receitas e das despesas primárias, do resultado primário e do contingenciamento, referente ao 6º bimestre de 2017;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação às Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, às Secretarias de Controle Externo da Administração do Estado e da Fazenda Nacional e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Fundo Monetário Internacional em vista do pedido constante da peça 172;

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 50/2017 – Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

Rol de Sistemas Informatizados - TRE-PE

(para definição de Gestor -> § 2º do artigo 3º da Port. Pres. nº 96/2018)

Sistema informatizado	Unidade/Comissão Responsável pela Gestão de Negócio
1. ACESSO – Sistema para Acesso a SADP, SIAC, DJe-Remessa e Editor	SESOP/STIC
2. AGENDA – Sistema de Agenda Corporativa	ASCAI
3. AGENDABIO – Sistema para agendamento de atendimento biométrico	CRE
4. ALEPH – Sistema integrado de bibliotecas	EJE
5. AUDI – Sistema de Auditoria	SCI
6. AUDITSE – Sistema de Auditoria Integrada	SCI
7. ASI-ALMOX – Solução para a Gestão em Almoxarifado	SEAL/SA
8. ASI-SCP – Solução para a Gestão em Patrimônio	SEPAT e SEAL /SA
9. BALANCETES – Sistema de Balancetes de Partidos Políticos	SJ (desuso)
10. Boletim na Mão (App)	SESEL/STIC
11. Busca Servidor – Localização de Servidor, Ramal, Unidade	ASCOM, SECARF e SELOG /SGP
12. CADASTRADIGITAL – Sistema de cadastramento de digitais	SECARF e SEAJE /SGP
13. CANDIDATURAS – Sistema de Candidaturas	SJ
14. Consulta RFB – Sistema para consulta de CNPJ e CPF na Receita Federal	SCI
15. DIARIAS – Sistema de Diárias	DIÁRIAS-SGP, SOF
16. DIRF (SISFORN) - Comprovante Anual de Retenção - DIRF	SEEXFIN/SOF
17. DJE-EDITOR – Diário de Justiça Eletrônico (módulo editor)	SEEXP/SA
18. DJE-REMESSA – Diário de Justiça Eletrônico (módulo remessa)	SEEXP/SA
19. ELEITOR_FUTURO – Sistema Eleitor do Futuro	EJE
20. ELO – Eleitor Online (Sistema de Manutenção do Cadastro Eleitoral)	CRE
21. EXPEDE – Sistema Expede (módulo Expedição)	SEEXP/SA
22. EXPEDECL – Sistema Expede (módulo Cliente)	SEEXP/SA
23. GERENCIAMENTO – Sistema de Gerenciamento da Totalização	SESEL/STIC
24. HE – Sistema de Horário Eleitoral	SJ
25. INFODIP – Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos	CRE
26. INFODIPweb - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (para usuário externo)	CRE
27. iPleno – Sistema de Gerenciamento da Sessão Plenária	SJ
28. ITAR – Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções	SJ
29. JUNTAS – Sistema de Juntas Eleitorais	SJ
30. LEGIS – Sistema de Legislação	SJ
31. Local de Votação – Consulta local de votação do Eleitor (internet)	ASCOM, SEWEB/STIC
32. LOGUSweb – Gestão de UEs	SESEL/STIC
33. MALOTE DIGITAL – Sistema de envio de correspondências oficiais entre órgãos do Poder Judiciário	Presidência
34. MESARIO – Sistema de Mesário Voluntário	EJE
35. Mesários (App)	COMISSÃO DE MESÁRIOS
36. METASCNJ – Sistema de Controle de Metas do CNJ	ASPLAN (desuso)
37. Mural Eletrônico	SJ
38. OcorreJE – Ocorrências de Urnas e Prisões	CRE
39. ODIN – Sistema de Autenticação e autorização da Justiça Eleitoral	SESEL/STIC
40. Onde Votar e Justificar (App)	ASCOM, SESEL/STIC
41. OUVIDORIA – Sistema de Ouvidoria	OUVIDORIA
42. PARDAL – Sistema de Denúncias Eleitorais	CENTRAL DE DENÚNCIAS
43. PesqEle 2016 – Sistema de Pesquisas Eleitorais	SJ
44. PETIÇÃO On line	SJ
45. PJe – Processo Judicial Eletrônico – 2º grau	SJ
46. PLONE – Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (INTERNET – JE)	ASCOM
47. Portal SPCA – Portal do Sistema de Prestação de Contas Anual	SCI
48. PortCRE – Portal da Transparência	CRE

Sistema informatizado	Unidade/Comissão Responsável pela Gestão de Negócio
49. PREPARAÇÃO – Sistema de Preparação da Totalização	SESEL/STIC
50. PUBLICANET – Sistema de Gerenciamento de Conteúdo	ASCOM
51. QUEST – Sistema de Questionários	ASPLAN
52. RECORRE – Sistema de Registro e Controle de Ocorrências (Eleição)	ASPLAN
53. REGISTRA_PONTO – Sistema para registro de frequência	SECARF e SEAJE /SGP
54. REMOÇÃO – Sistema para operacionalização de Concursos de Remoção	SELOG/SGP
55. RESULTADOS (App)	ASCOM
56. Resultado de Eleições Anteriores	ASCOM, SEDESENV/STIC
57. SAC-SA – Sistema de Acompanhamento de Chamados da SA	SEMAN/SA
58. SAC-SGP – Sistema de Acompanhamento de Chamados da SGP	SGP (desuso)
59. SAC-STIC – Sistema de Acompanhamento de Chamados da STIC	SESOP/STIC
60. SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos	CRE e SJ
61. SAPF – Sistema de Apoio a Partidos em Formação	SJ
62. SASS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor	SEAS/SGP
63. SEI – Sistema Eletrônico de Informações	DG
64. SGIP – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	SJ
65. SGIPin – Sistema de Gerenc. de Inform Partidárias (módulo interno)	SJ
66. SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos	SGP
67. SGRHweb - Sistema para Acesso ao SGRH web	SGP
68. SIAC – Sistema de Acompanhamento de Contratos	ASSEC
69. SIAC-SIAFI – Importação de dados do SIAFI para o sistema SIAC	SECONT/SOF
70. SIAFI – Sistema Integrado de Adm. Financeira do Governo Federal	SECONT/SOF
71. SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	DG
72. SICAF – Cadastro de Fornecedor - COMPRASNET	DG
73. SICEL – Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais	CRE
74. SICO – Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias	SCI
75. SIEL – Sistema de Informações Eleitorais (módulo Administração)	CRE
76. SIG – Sistema de Informações Gerais	SEC/STIC, DG, SEAJE/SGP
77. SIGA – Sistema de Gestão e Aceite de Produtos e Serviços	SESEL/STIC
78. SIGE – Sistema de Gerenciamento de Eventos	EJE e SEDOC/SGP
79. SIGEC – Sistema de Gerenciamento de Custos	SEAE/SOF
80. SIGEPE – Sistema de Gestão do Programa de Estágio	SELOG/SGP
81. SIGEPRO – Sistema de Acomp. e Gerenciam. da Proposta Orçamentária	SEAE/SOF
82. SIGETRANS – Sistema de Gestão de Transportes	SETRANS/SA
83. SIGHE – Sistema de Gestão de Horas Extras	DG e SGP
84. SIGWEB – Sistema de Informações Gerais (módulo WEB)	ASCOM
85. SIM – Sistema de Monitoramento de Ações	ASPLAN
86. SIMPLA – Sistema de Monitoramento do Plano de Ação	ASPLAN
87. SIMPLA-BIOMETRIA – Sistema de Monitoram. das Ações da Biometria	ASPLAN
88. SIMPLES – Sistema de Monitoramento do Planejamento das Eleições	ASPLAN
89. SISDOC – Sistema de Documentos	DG
90. SISLOG – Sistema de Logística	SESEL/STIC
91. SISPEL – Sistema de Pesquisa de Satisfação do Eleitor	OUVIDORIA
92. SISPRO – Sist. de Submissão de Proposições de Trabalhos e Temas	SEWEB/STIC
93. SJUR – Sistema de Jurisprudência	SJ
94. SPCA – Extrato Bancário – Sistema de Prestação de Contas Anual	SCI
95. SPCEweb – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais	SCI
96. SQAI – Sistema de Gerenciam do Questionário de Avaliação Institucional	ASPLAN (desuso)
97. SUPRE – Sistema de Suporte ao Processo Eleitoral	SEDESENV/STIC
98. VOLUNTARIO – Sistema de Voluntários	SEBEN/SGP
99. Citrix (XenApp) – Software de Compartilhamento de Aplicativos	SERES/STIC
100. Pandion – Cliente para troca de mensagens instantâneas (chat)	SESOP/STIC

/IMAVN 23.mar.18



Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

2016-2021

- 1ª REVISÃO -



EQUIPE PARTICIPANTE

Área Envolvida	Papel
Assistência de Gestão e Governança	Elaborador
Coordenadoria de Sistemas	Elaborador
Coordenadoria de Gestão e Logística de Urnas	Elaborador
Coordenadoria de Infraestrutura	Elaborador
Coordenadoria de Suporte	Elaborador
Seções da STIC	Colaboradores
Comitê Executivo de TIC	Aprovador

HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
15/3/2018	1.1	Versão revisada em razão da Portaria nº 1.214/2017, que aprovou a 1ª revisão do PETIC	CETIC
17/3/2016	1.0	Versão revisada e aprovada	CETIC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. TERMOS E ABREVIACÕES	7
3. METODOLOGIA APLICADA.....	8
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	9
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	10
6. ORGANIZAÇÃO DA STIC	11
7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR.....	13
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC	20
9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO	21
10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES.....	22
11. PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	23
12. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	34
13. PLANO DE INVESTIMENTOS E CUSTEIO.....	36
14. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TIC	37
15. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC	38
16. FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC	39
17. CONCLUSÃO	40

APRESENTAÇÃO

A finalidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC é direcionar a atuação da área de TIC, no período de vigência do plano, permitindo ao Comitê de Gestão Estratégica - COGEST monitorar e avaliar mais precisamente a gestão de TIC do TRE, promovendo eventuais ajustes.

A elaboração do PDTIC está fundamentada no parágrafo único do artigo 6º da **Resolução CNJ nº 211/2015**.

O Plano Diretor de TIC tem por objetivo derivar em projetos e ações as iniciativas indicadas no Planejamento Estratégico de TIC - PETIC, identificando as áreas e papéis envolvidos e a programação orçamentária por intermédio do Plano de Contratações de TIC.

Este PDTIC tem abrangência de seis anos (2016-2021) e deverá ser revisado a cada dois anos ou a qualquer tempo, caso o PETIC seja ajustado.

1. INTRODUÇÃO

Fatores Motivacionais

- Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução TRE-PE nº 240/2015, que dispõe sobre a revisão do Planejamento Estratégico, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, para o período 2016-2021, e seu devido alinhamento aos Planejamentos Estratégicos do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral;
- Portaria TRE-PE nº 203/2016, que instituiu o Planejamento Estratégico de TIC (2016-2021), revisado pela Portaria TRE-PE nº 1.214/2017.

Alinhamento Estratégico

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação está alinhado ao PETIC 2016-2021, instituído pela Portaria TRE-PE nº 203/2016 e revisado conforme a Portaria TRE-PE nº 1.214/2017.

2. TERMOS E ABREVIações

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COGEST	Comitê de Gestão Estratégica
CETIC	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
PCI	Plano de Contratações Institucionais
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
SCI	Secretaria de Controle Interno
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
STIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

3. METODOLOGIA APLICADA

Este plano foi elaborado conforme **processo de governança** do TRE-PE, instituído pela Portaria nº 576/2014.

Ainda, a elaboração do presente Plano utilizou, como documento de apoio, as orientações contidas no Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A 1ª revisão deste documento decorre dos ajustes realizados no PETIC 2016-2021, em dezembro de 2017.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021
- Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021 – 1ª Revisão
- Guia de Elaboração do PDTI do SISP
- Acórdão TCU nº 749/2014
- Processo de Governança de TIC, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014
- Propostas Orçamentárias do TRE-PE
- Resolução CNJ nº 211/2015

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O ponto de partida para elaboração do PDTIC fundamenta-se na elaboração do Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021, em decorrência da revisão do Planejamento Estratégico Institucional.

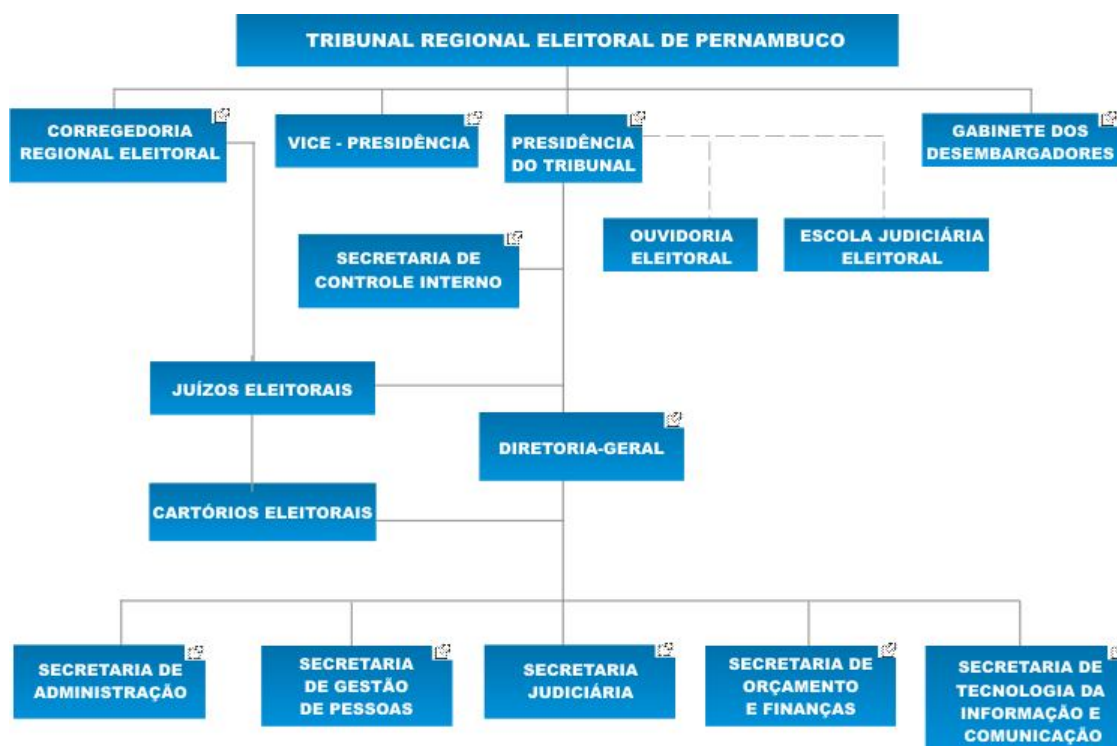
Portanto, as diretrizes para o alcance dos objetivos do PDTIC estão definidas nos planejamentos estratégicos do órgão, do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

A priorização dos projetos e ações será norteada pelas diretrizes emanadas do Comitê de Gestão Estratégica em alinhamento com as diretrizes do CNJ, TSE, Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico de TIC e o orçamento aprovado do órgão.

Princípio / Diretriz	Origem
Melhoria da gestão de pessoas	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Resolução TSE nº 23.439/2015
Desenvolver competências profissionais	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Resolução TSE nº 23.439/2015
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Resolução CNJ nº 198/2014
Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Resolução TSE nº 23.439/2015
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	Resolução TSE nº 23.439/2015
Assegurar a melhoria da governança de TIC	Resolução TRE-PE nº 240/2015

6. ORGANIZAÇÃO DA STIC

O TRE-PE definiu unidade específica para a gestão e execução das estratégias de TIC, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), que se encontra subordinada administrativamente à Diretoria-Geral do órgão, conforme organograma Institucional que segue:

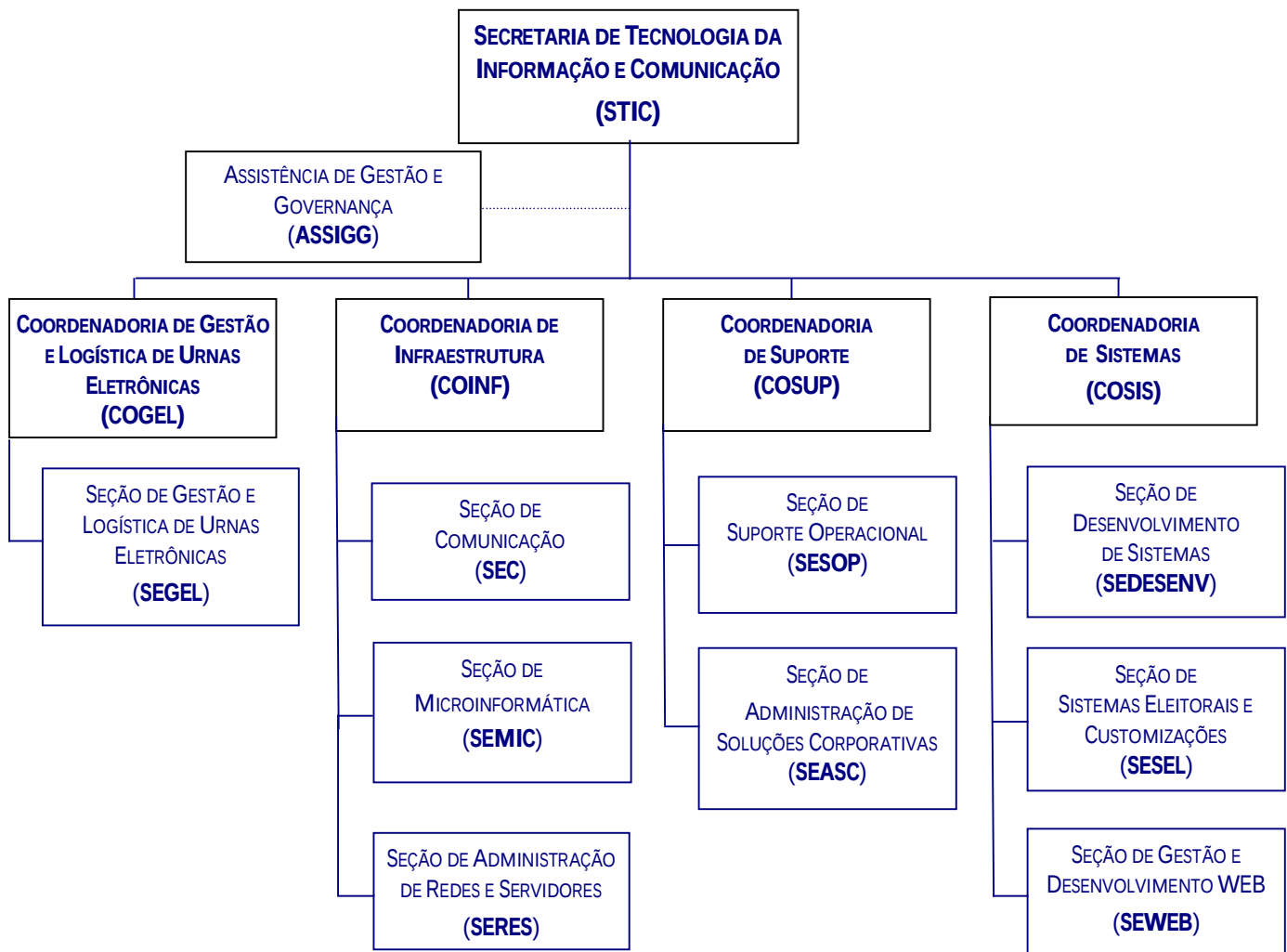


Dessa forma, a gestão dos processos e recursos de TIC é realizada por meio de estrutura própria.

A STIC foi segmentada em quatro Coordenadorias, com os seguintes focos:

- Gestão da logística relacionada com urnas eletrônicas;
- Diretrizes e gestão da infraestrutura de TIC;
- Suporte especializado de TIC;
- Gestão de soluções corporativas informatizadas.

Segue o organograma da STIC, que ilustra a estruturação referida:



7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
1.1	Criar e executar pesquisa de satisfação	1/1/2014	31/1/2015	Realizada.
1.2	Definir a estrutura ideal para atuação das equipes de suporte	3/2/2014	19/12/2014	Realizada. Conforme alteração do Regulamento Interno e definição das novas atribuições da COSUP, SESOP e SEASC.
1.3	Promover melhoria no sistema de atendimento de chamados para central de serviços (Service Desk).	2/2/2015	30/6/2015	Prejudicada. Foi baixada a prioridade da ação, já que o grupo nacional GovTIC está trabalhando na análise de ferramenta que será sugerida para uso pelos Regionais, a partir de avaliação de aderência ao ITIL e usabilidade (O sistema em uso atualmente é de desenvolvimento interno).
2.1	Aprimorar ações em educação a distância	30/11/2014	30/3/2015	Realizada. Realizada a atualização da ferramenta Moodle para a versão 2.7, nos ambientes intranet e internet do TRE, utilizada para a criação e realização de cursos a distância pelo TRE-PE. Outras ações dependem da atuação da SGP no sentido de estruturar um calendário de ensino a distância, com a previsão no Plano Anual de Capacitação dos cursos na modalidade de EaD.
2.2	Estudar e implementar ferramentas de análise de visitas aos sites de intranet e internet do Regional	1/7/2014	19/12/2014	Realizada.
2.3	Incrementar a acessibilidade e usabilidade dos sites de intranet e internet do Regional	30/6/2014	30/11/2015	Realizada.
2.4	Desenvolver e disponibilizar funcionalidades para apoio ao eleitor	30/4/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Foram disponibilizadas novas versões do sistema de agendamento da biometria. Encontra-se no portfólio de projetos a serem desenvolvidos pela COSIS outras iniciativas.
2.5	Promover melhorias no site internet	30/6/2014	30/11/2015	Prejudicada. Com o uso do Plone, toda a administração de layout e melhorias do site Internet ficaram sob responsabilidade do TSE.
3.1	Realizar simulados durante a fase de preparação das eleições	30/3/2014	24/10/2014	Realizada.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
3.2	Propor instrução normativa com procedimentos de logística de urnas e votação	Realizado	Realizado	Realizada. A ação foi assumida pelo Comitê de Gestão Estratégica – COGEST, que verificará, durante o primeiro semestre de 2016, as necessidades de todas as áreas para constar da normatização.
3.3	Mapear modelos e causas de substituição de urnas	1/10/2014	28/11/2014	Realizada parcialmente. Foi realizado o mapeamento das causas por modelo de urna, mas falta elaborar relatório com as conclusões do levantamento realizado. Ação não concluída devido a termos atividades na SEGEL relacionadas a eleições comunitárias e manutenção das urnas eletrônicas que precisaram ser concluídas com maior brevidade. Pretendemos concluir até o final de março de 2016 este relatório, de forma a que tenhamos tempo de usá-lo no planejamento das atividades de manutenção das urnas para as eleições 2016.
3.4	Aprimorar testes e preparação de urnas	3/3/2014	30/9/2014	Realizada.
3.5	Aprimorar solução de incidentes e problemas com urnas	1/12/2014	30/6/2015	Não realizada. Considerando que a ação se refere à melhoria do suporte às seções eleitorais e aos cartórios durante os processos de votação e apuração, acreditamos que a mesma só terá condições de ser concluída nas próximas eleições. O andamento desta ação depende da finalização do mapeamento de modelos e causas de substituição das urnas, o qual poderá servir de parâmetro para identificação dos problemas e possíveis soluções para os incidentes com as urnas no período eleitoral.
3.6	Aprimorar o processo de manutenção preventiva das urnas	1/12/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Devido à rescisão do contrato de manutenção preventiva de urnas do TSE, houve a necessidade de realizar uma contratação local para execução da manutenção preventiva. Com a nova contratação, serão adotadas medidas que permitam maior controle da qualidade do serviço prestado pela empresa contratada. Vale salientar que foi incluído na nova contratação um acordo de nível de serviço que permitirá que tenhamos maiores condições de cobrar qualidade da empresa contratada.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
3.7	Aprimorar o processo de manutenção corretiva das urnas	1/12/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Foram realizadas modificações nos formulários de controle da manutenção corretiva, e já estão sendo utilizados novos modelos no controle da manutenção. Ainda não concluímos a ação, pois pretendemos encontrar uma forma de identificação das urnas com maior incidência de defeitos, para que as mesmas possam ser acompanhadas de forma mais eficaz.
4.1	Implantar sistema para agilizar a obtenção de dados do cadastro.	30/11/2013	30/4/2014	Realizada.
4.2	Criar projetos para o suporte de TIC relacionado com a biometria	30/11/2014	18/12/2015	Prejudicada. A iniciativa não foi realizada, tendo em vista que o projeto institucional para implantação da biometria não foi formalizado em todos os níveis (Abertura, Escopo e Plano de Trabalho), inviabilizando a definição acerca da criação de subprojetos de TIC relacionados.
4.3	Desenvolver e implantar o Sistema PAE (Processo Administrativo Eletrônico)	1/12/2014	18/12/2015	Prejudicada. A iniciativa foi substituída pela implantação do sistema SEI, que também consiste numa solução de processo administrativo eletrônico.
4.4	Assessorar a aquisição e implantação de ferramenta de registro de frequência eletrônico.	30/11/2013	30/7/2014	Não realizada. A iniciativa foi priorizada no portfólio de projetos de desenvolvimento de sistemas do TRE, porém não será concluída antes das eleições 2016.
4.5	Transferir conhecimentos ASCOM	17/2/2014	30/5/2014	Realizada.
4.6	Implantar o sistema de malote digital – Hermes - nas Zonas Eleitorais (ZEs).	Realizada	Realizada	Realizada.
4.7	Implantar solução para abertura a acompanhamento de requisições de serviços para SA e SGP.	30/3/2014	30/5/2014	Realizada.
4.8	Aperfeiçoar sistema informatizado para logística de urnas eletrônicas	30/4/2014	30/7/2014	Realizada.
4.9	Aperfeiçoar a solução informatizada de gestão de RH	30/4/2014	30/7/2014	Realizada.
4.10	Implantar o sistema APEX	30/4/2014	30/3/2015	Realizada.
4.11	Estudar a possibilidade de implantação de ferramenta de inteligência nos negócios (BI – Business Intelligence)	30/4/2014	19/12/2014	Não realizada. Havia necessidade da alocação de orçamento específico, que foi contingenciado em 2015.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
4.12	Propor o georreferenciamento de unidades da Justiça Eleitoral em Pernambuco.	30/5/2014	30/08/2014	Realizada parcialmente. Foi realizado projeto piloto abrangendo a região metropolitana do estado. Encontra-se no portfólio de projetos a serem desenvolvidos pela COSIS, projeto que venha a contemplar o georreferenciamento de todo o Estado.
5.1	Propor calendário formal de realização de reuniões periódicas do COGEST (CDTIC) para discutir assuntos estratégicos relacionados à STIC.	30/7/2014	30/11/2014	Realizada. As reuniões do COGEST ocorrem com frequência, e tanto a Diretoria Geral quanto a Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica têm atendido nossas solicitações de pauta.
6.1	Ampliar e renovar a infraestrutura de redes de comunicação de dados e voz.	3/2/2014	31/12/2014	Realizada.
6.2	Desenvolver plano de continuidade dos Serviços de TIC	1/12/2014	31/12/2015	Não realizada. A atividade está em andamento conforme Projeto Estratégico nº 7 TRE-PE. A previsão de conclusão é 2018, de forma que a iniciativa será contemplada no PETIC e PDTIC que serão propostos ao COGEST.
6.3	Desenvolver as equipes da COINF em continuidade dos serviços de TIC	2/2/2015	18/12/2015	Realizada parcialmente. Alguns cursos específicos relacionados com a continuidade de negócios serão incluídos nos planos anuais de capacitação entre 2017 e 2018.
6.4	Estabelecer critérios e métodos para acompanhamento dos sistemas e aplicativos disponíveis	1/12/2014	18/12/2015	Realizada. Monitoramento se dá pela aplicação OCR.
6.5	Definir e executar ações para ampliação e renovação do parque computacional	1/12/2014	31/12/2015	Realizada. As ações foram consignadas nos orçamentos ordinários para 2016 e 2017.
7.1	Identificar os clientes que utilizam qualquer canal de suporte	14/7/2014	31/8/2014	Realizada. Finalizado com o envio do documento "Identificação de clientes de TIC.odt" para a ASSIGG, por e-mail, no dia 8/jan/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
7.2	Elaborar o catálogo de serviços de TIC	6/6/2014	14/7/2014	Realizada. O catálogo de serviços foi formalmente instituído pela Portaria nº 107, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 26/fev/2015. Pendente de divulgação interna (TRE-PE) e implantação da ferramenta de controle.
7.3	Estabelecer acordos de nível de serviço (ANS)	3/11/2014	30/10/2015	Não realizada.
7.4	Estabelecer critérios de categorização das demandas	3/11/2014	30/10/2015	Realizada. Categorização de demandas incluída na planilha de impacto e urgência aprovada na reunião do CETIC de 30/mar/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).
7.5	Estabelecer critérios de priorização de incidentes	3/11/2014	30/10/2015	Realizada. Priorização de incidentes incluída na planilha de impacto e urgência aprovada na reunião do CETIC de 30/mar/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).
7.6	Definir acordos de nível operacional (ANO)	3/11/2014	30/10/2015	Não realizada.
7.7	Construir a base de conhecimento	16/12/2013	30/9/2014	Realizada. A base de conhecimento foi implantada através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7 (29.set.2015), publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 5/out/2015.
7.8	Implantar disciplinas do ITIL	3/11/2014	18/12/2015	Prejudicada. Foi retirada do PDTIC em uma das atualizações das iniciativas, já que as disciplinas do ITIL estão sendo implantadas/adaptadas por todas as áreas da STIC.
8.1	Definir a política de infraestrutura	1/12/2014	18/12/2015	Não realizada. A ação será realizada no contexto da gestão de ativos, cuja responsabilidade será da Comissão de Segurança da Informação – CSI.
8.2	Modelar o processo de planejamento das ações de TIC para as Eleições	3/2/2014	19/12/2014	Realizada. A ASPLAN definiu os processos finalísticos das eleições, e estabeleceu o planejamento integrado das eleições, baseada em processos e com suporte de sistema informatizado (SIMPLES).

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
8.3	Criar o processo de desenvolvimento de software	30/6/2013	30/7/2014	Realizada. Conforme Instrução Normativa nº 5/2015.
8.4	Aperfeiçoar processo de coleta e medição de indicadores	2/2/2015	30/6/2015	Realizada. Os processos finalísticos de TIC relacionados com as eleições foram criados sob a supervisão da ASPLAN, e o PETIC traz indicadores que são reportados anualmente à alta administração, sob a forma de metas institucionalizadas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI).
8.5	Aperfeiçoar o processo de capacitação interna em governança	2/2/2015	30/6/2015	Realizada. As ações de capacitação foram levantadas com vistas ao atendimento das iniciativas definidas no PETIC, e consignadas formalmente em plano de capacitação anual aprovado pela presidência do TRE.
8.6	Desenvolver Plano de Gestão de Riscos	17/11/2014	20/12/2014	Realizada. Aprovado pelo CETIC, em 14/dez/2015 o processo de Gestão de Riscos de Infraestrutura.
9.1	Realizar estudo comparativo dos formulários modelos	30/5/2014	29/8/2014	Realizada. A ASSIGG realizou a comparação e simplificação de modelos de formulários para adequação da Metodologia de Gestão de Projetos da STIC (MGP/STIC), em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (atual Coordenadoria de Sistemas - COSIS).
9.2	Divulgar a MGP no âmbito interno	17/11/2014	18/12/2015	Realizada. A MGP está disponível na Intranet, assim como os projetos da STIC.
9.3	Desenvolver atividades de acompanhamento da MGP	17/11/2014	18/12/2015	Realizada parcialmente.
10.1	Qualificar continuamente as áreas de TIC	1/4/2014	18/12/2015	Realizada. As ações de capacitação foram consignadas formalmente em plano de capacitação anual aprovado pela presidência do TRE.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
10.2	Realizar eventos de integração.	1/4/2014	18/12/2015	Realizada. Introdução da psicodinâmica por meio de reuniões setoriais coordenadas pela CAS/SGP.
10.3	Mapear e participar de eventos, feiras e congressos relacionados com as ações do PETIC	1/4/2014	18/12/2015	Realizada parcialmente. O mapeamento foi realizado no contexto no Plano Anual de Capacitação, porém a participação nos eventos foi prejudicada pela necessidade de priorizar a implantação e suporte à biometria.
10.4	Iniciar práticas de gestão de competências na STIC	1/7/2015	18/12/2015	Não realizada. Conforme encontro realizado em 25/jan/2016, promovido pela Diretoria-Geral na Sala de Sessões do TRE, a gestão por competências será iniciada pelas seguintes unidades: SGP, SCI, ASPLAN, EJE e Ouvidoria.
11.1	Elaborar o Plano de Contratações de TIC 2015	25/6/2014	21/11/2014	Realizadas. Os Planos de Contratações foram formalizados pelo TRE e encontram-se disponibilizados na página da Internet, no link Transparência.
	Elaborar o Plano de Contratações de TIC 2016	25/6/2015	23/11/2015	
11.2	Estimar o orçamento necessário à execução do PETIC 2016	25/6/2015	23/11/2015	Realizada. As necessidades foram consignadas no orçamento ordinário.
12.1	Catalogar os ativos de TIC	1/12/2014	30/10/2015	Realizada. Foi aprovada a Política de Gestão de Ativos, por meio da Instrução Normativa nº 11/2016, que se encontra em fase de implantação no TRE.
12.2	Definir diretrizes para otimização dos ativos de TIC	3/11/2015	18/12/2015	
12.3	Elaborar planejamento para melhoria contínua das ações referentes aos ativos	1/12/2014	30/10/2015	
	Analisar e validar o plano de melhoria contínua das ações referentes aos ativos	3/11/2015	18/12/2015	

Estatística (PDTIC 2014-2015)

Resultado da Ações	Quantidade	Percentual
Realizada	39	65,00
Realizada parcialmente	9	15,00
Não realizada	7	11,67
Prejudicada	5	8,33
Total	60	100

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

Conforme se verifica abaixo, a missão, visão, valores e objetivos estratégicos de TIC estão formalizados pela Portaria TRE-PE nº 203/2016.

O referencial estratégico é coerente, compatível e alinhado com a estratégia organizacional, o modelo de negócio e os objetivos de negócio, conforme demonstrado no tópico 5 – Princípios e Diretrizes, deste documento.

A periodicidade de revisão está indicada no Processo de Governança, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014.

8.1 Missão

Prover e manter soluções tecnológicas, infraestrutura e governança de TIC para o cumprimento da missão institucional.

8.2 Visão

Ser reconhecido e valorizado como referência em governança, gestão e infraestrutura de TIC na Justiça Eleitoral.

8.3 Atributos de Valor para a Sociedade

- Acessibilidade e usabilidade
- Celeridade
- Inovação
- Responsabilidade social e ambiental
- Transparência

8.4 Objetivos Estratégicos

Perspectiva Recursos

- OE1 – Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
- OE2 – Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
- OE3 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Perspectiva Processos Internos

- OE4 – Aperfeiçoar a governança e a gestão
- OE5 – Aprimorar as contratações
- OE6 – Promover a adoção de padrões tecnológicos
- OE7 – Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
- OE8 – Aprimorar a segurança da informação

Perspectiva Resultados

- OE9 – Primar pela satisfação do usuário de TIC

9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

Necessidades de TIC Identificadas	Objetivos Estratégicos da STIC	
I - Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação	OE1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
II - Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC	OE2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
	OE9	Primar pela satisfação do usuário de TIC
III - Planejamento e execução dos recursos orçamentários	OE3	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira
	OE5	Aprimorar as contratações
IV - Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC	OE4	Aperfeiçoar a governança e a gestão
	OE6	Promover a adoção de padrões tecnológicos
	OE7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
	OE8	Aprimorar a segurança da informação

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

10.1 Critérios de Priorização

As necessidades de TIC foram priorizadas de acordo com os objetivos estratégicos da instituição e dos objetivos estratégicos da área de TIC.

10.2 Necessidades Identificadas

De acordo com o Planejamento Estratégico Institucional, observaram-se as seguintes necessidades, como oportunidades de melhoria:

- I. **Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação**, por intermédio do Levantamento das Necessidades de Capacitação – LNC, para identificar as carências das equipes de gestão e técnicas da área de TIC possibilitando a elaboração do Plano de Capacitação de TIC;
- II. **Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC**, por meio de melhoria no serviço de suporte técnico, suporte ao cadastramento biométrico, política de aquisição, manutenção e descarte de equipamentos e implantação de sistemas informatizados de processos administrativos e judiciais;
- III. **Planejamento e execução dos recursos orçamentários**, visando ao levantamento adequado das necessidades de contratações de TIC, com vistas à elaboração do Plano de Contratações, bem como adoção de controles para o acompanhamento da execução do referido Plano;
- IV. **Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC**, com o fim de atender ao contido no Catálogo de Requisitos de Governança do TRE-PE, instituído pela Portaria TRE-PE nº 1.249/2017.

11. PLANO DE METAS E DE AÇÕES

11.1 Plano de Metas

Na execução do PDTIC, há indicadores com medição mensal, quadrimestral, anual e bianual, conforme estabelecido no PETIC 2016-2021.

Necessidade		Meta						
ID	Descrição da necessidade de TIC	ID	Descrição da meta	Descrição do indicador	Valor percentual			Prazo
					1ºQ	2ºQ	3ºQ	
I	Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação	1	Desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas	1 - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	70			31/12/2016
					85			31/12/2017
					30	60	75	31/12/2018
					10	40	90	31/12/2019
					30	60	80	31/12/2020
					10	40	95	31/12/2021
II	Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC	2	Manutenção e disponibilidade de infraestrutura de TIC	2 - Índice de Disponibilidade de Infraestrutura do TRE-PE para Serviços Definidos como Essenciais	98			31/12/2016
					98,3			31/12/2017
					98,6			31/12/2018
					98,9			31/12/2019
					99,2			31/12/2020
					99,5			31/12/2021
		3	Aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de sistemas	3 - Índice de Entregas Validadas	80			31/12/2016
					80			31/12/2017
					85	85	85	31/12/2018
					90	90	90	31/12/2019
					90	90	90	31/12/2020
					95	95	95	31/12/2021
		4	Aperfeiçoamento da manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas	4 - Índice de Urnas Eletrônicas Substituídas	3			31/12/2016
					2			31/12/2018
					2			31/12/2020
		5	Satisfação dos usuários de TIC	11 - Índice de satisfação do cliente interno	80			31/12/2016
					82			31/12/2017
					50			31/12/2018
					55			31/12/2019
					60			31/12/2020
					65			31/12/2021

Necessidade		Meta						
ID	Descrição da necessidade de TIC	ID	Descrição da meta	Descrição do indicador	Valor			Prazo
III	Planejamento e execução dos recursos orçamentários	6	Efetividade da execução orçamentária de TIC	5 - Índice de Execução do Orçamento de TIC	90			31/12/2016
					95			31/12/2017
					40	60	96	31/12/2018
					30	60	97	31/12/2019
					40	60	98	31/12/2020
					30	60	98	31/12/2021
		7	Efetividade da execução do Plano de Contratações de TIC	7 - Índice de Execução do Plano de Contratações de TIC	80			31/12/2016
					83			31/12/2017
					86	86	86	31/12/2018
					89	89	89	31/12/2019
					92	92	92	31/12/2020
					95	95	95	31/12/2021
IV	Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC	8	Consolidação do uso de melhores práticas de governança	6 - Índice de atendimento aos requisitos de governança de TIC do TRE-PE	-			31/12/2016
					-			31/12/2017
					20	35	50	31/12/2018
					60	65	70	31/12/2019
					72	75	77	31/12/2020
					80	85	90	31/12/2021
		9	Consolidação do uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	8 - Índice de entregas do projeto de extensão da metodologia instituída pelo PRODES	-			31/12/2016
					-			31/12/2017
					70	75	75	31/12/2018
					80	90	100	31/12/2019
					-			31/12/2020
					-			31/12/2021
		10	Efetividade no uso de sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	9 – Índice de desenvolvimento de sistemas judiciais aderentes ao MNI	10			31/12/2016
					20			31/12/2017
					25	27	30	31/12/2018
					35	45	50	31/12/2019
					60	65	70	31/12/2020
					72	75	80	31/12/2021
		11	Cumprimento das ações previstas no Plano de Segurança da Informação	10 – Índice de execução das atividades do Plano de Trabalho de Segurança da Informação sob a responsabilidade da STIC	30			31/12/2016
					40			31/12/2017
					50	50	50	31/12/2018
					60	60	60	31/12/2019
					80	80	80	31/12/2020
					90	90	90	31/12/2021

11.2 Plano de Ações

Meta	1 - Desenvolvimento de Competências Gerenciais e Técnicas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
1.1	Análise da estrutura da STIC e deliberação quanto à necessidade de proposição de modificações.	3/11/2016	2/12/2016	CETIC
1.2	Proposição da nova estrutura da STIC ao COGEST.	2/12/2016	9/12/2016	CETIC
1.3	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/11/2016	19/12/2016	ASSIGG
1.4	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2017	19/12/2017	ASSIGG
1.5	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2017	19/12/2017	ASSIGG
1.6	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2018	19/12/2018	ASSIGG
1.7	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2018	19/12/2018	ASSIGG
1.8	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2019	19/12/2019	ASSIGG
1.9	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2019	19/12/2019	ASSIGG
1.10	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2020	19/12/2020	ASSIGG
1.11	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2020	19/12/2020	ASSIGG
1.12	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2021	19/12/2021	ASSIGG

Meta	2 - Manutenção e disponibilidade de infraestrutura de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
2.1	Identificação dos riscos de continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	4/4/2016	24/11/2018	CETIC
2.2	Elaboração do plano de continuidade dos serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	4/4/2016	24/11/2018	CETIC
2.3	Capacitação em disponibilidade, capacidade e continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	1/2/2017	24/11/2018	COINF
2.4	Implantação e monitoramento de ações de continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	2/1/2016	24/11/2018	CETIC
2.5	Implantar a IN nº 15/2017 – Gerenciamento das Operações e Comunicações	2/1/2018	4/4/2019	COINF
2.6	Identificação das necessidades de capacitação relacionadas com a disponibilidade, a capacidade e a continuidade de serviços.	3/11/2016	19/12/2020	COINF
2.7	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	2/1/2018	19/12/2021	COINF

Meta	3 - Aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de sistemas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
3.1	Revisão da metodologia de gestão de projetos, com ênfase nos aperfeiçoamentos de mecanismos de autorização formal para abertura, definição de escopo e aceitação de entregas dos projetos.	4/4/2016	29/4/2016	ASSIGG
3.2	Aperfeiçoamento dos critérios de pontuação relacionados com o portfólio de desenvolvimento de sistemas de informação.	4/4/2016	30/6/2016	ASPLAN
3.3	Elaboração de formulário para solicitações de manutenções de baixa complexidade, a fim de mensurar o esforço com entregas relacionadas à sustentação operacional de sistemas.	1/4/2016	29/4/2016	COSIS
3.4	Divulgação, com mais detalhes e maior amplitude, do processo de gerenciamento de portfólio de desenvolvimento e sustentação de sistemas para as unidades do Tribunal.	4/7/2016	30/8/2016	ASPLAN
3.5	Atualização do PRODES, com ênfase na inclusão de documentos da metodologia de gestão de projetos referentes a abertura, escopo e aceitação da entrega.	4/4/2016	31/8/2016	COSIS
3.6	Capacitação das equipes da COSIS na utilização do PRODES.	6/2/2017	30/6/2017	COSIS
3.7	Estabelecimento de critérios para classificação e tratamento das demandas entre projetos e sustentação operacional de sistemas.	1/3/2017	28/7/2017	ASPLAN
3.8	Utilização efetiva da disciplina de Gerência de Qualidade, estabelecida no PRODES.	2/5/2016	15/12/2017	COSIS
3.9	Atendimento ao portfólio de projetos corporativos de desenvolvimento e sustentação de sistemas da informação.	4/4/2016	19/12/2021	COSIS
3.10	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	2/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	4 - Aperfeiçoamento da manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
4.1	Mapeamento dos modelos e causas de substituição de urnas das eleições 2014.	7/3/2016	30/4/2016	COGEL
4.2	Aprimoramento do processo de manutenção preventiva das urnas.	7/3/2016	31/8/2016	COGEL
4.3	Aprimoramento do processo de manutenção corretiva das urnas.	7/3/2016	31/8/2016	COGEL
4.4	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	30/3/2016	30/9/2016	COGEL
4.5	Análise dos percentuais de falhas nas urnas nas eleições 2016 e elaboração de estratégias de manutenção que minimizem a ocorrência de falhas para as eleições seguintes.	6/1/2017	30/11/2017	COGEL
4.6	Atendimento às ações contidas nas auditorias de armazenamento de urnas e suprimentos para as urnas.	1/11/2017	30/6/2018	COGEL
4.7	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	1/9/2017	30/9/2018	COGEL
4.8	Realização das ações descritas no PIELE inerentes à logística de urnas e mídias.	1/11/2017	30/11/2018	COGEL
4.9	Análise dos percentuais de falhas nas urnas nas eleições 2018 e elaboração de estratégias de manutenção que minimizem a ocorrência de falhas para as eleições seguintes.	7/1/2019	29/11/2019	COGEL
4.10	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	1/10/2019	30/9/2020	COGEL
4.11	Realização das ações descritas no PIELE inerentes à logística de urnas e mídias	1/11/2019	30/11/2020	COGEL
4.12	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	1/1/2018	19/12/2021	COGEL

Meta	5 - Satisfação dos usuários de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
5.1	Divulgação interna do documento "Identificação de clientes de TIC".	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.2	Divulgação interna do catálogo de serviços de TIC.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.3	Divulgação interna dos critérios de categorização das demandas.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.4	Divulgação interna dos critérios de priorização de incidentes.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.5	Customização do Sistema de Atendimento ao Cliente – SAC.	1/5/2016	30/6/2016	COSIS
5.6	Definição e implantação de mecanismo de controle e atualização do catálogo de serviços	1/4/2016	30/6/2016	COSUP

Meta	5 - Satisfação dos usuários de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
	de TIC.			
5.7	Aprimoramento da atual pesquisa de satisfação.	1/11/2016	31/8/2017	COSUP
5.8	Definição de mecanismos para aferição dos acordos de níveis de serviço da empresa contratada para atendimento do suporte de 1º nível (relacionado com a iniciativa 1.3 do PDTIC 2014-2015, que resta pendente).	1/1/2017	20/12/2019	COSUP/COSIS
5.9	Realização das ações previstas na IN nº 19/2017.	2/1/2018	6/7/2019	COSUP
5.10	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	1/1/2018	19/12/2021	COSUP

Meta	6 - Efetividade da execução orçamentária de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
6.1	Apoio na elaboração dos documentos para efetivação das contratações, de acordo com a resolução vigente que disponha sobre o tema.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
6.2	Acompanhamento da aderência entre o valor planejado e o executado.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
6.3	Proposição de remanejamento orçamentário, para garantir o uso do orçamento disponibilizado.	18/4/2016	19/12/2021	CETIC

Meta	7 - Efetividade da execução do Plano de Contratações de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
7.1	Elaboração do quadro-resumo com os prazos finais para início das aquisições de bens e serviços, bem como renovações contratuais.	18/4/2016	19/5/2021	ASSIGG
7.2	Elaboração do Plano de Contratações de TIC para cada exercício.	1/8/2017	19/12/2021	ASSIGG
7.3	Monitoramento do plano de contratações ordinárias e de eleições nos encontros do CETIC.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
7.4	Acompanhamento da aderência entre as datas previstas para elaboração dos documentos da contratação e o executado.	2/1/2018	19/12/2021	ASSIGG

Meta	8 – Consolidação do uso de melhores práticas de governança			
------	--	--	--	--

ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
8.1	Revisão da política de gestão de riscos	18/04/2016	31/5/2016	ASSIGG
8.2	Revisão do processo de gestão de riscos	18/04/2016	31/5/2016	ASSIGG
8.3	Criação de critérios objetivos para priorização de projetos de infraestrutura	1/6/2016	19/12/2016	ASSIGG
8.4	Revisão do catálogo de serviços	4/4/2016	19/12/2016	COSUP
8.5	Identificação dos serviços de TIC envolvidos no ANS e atribuição dos gestores de serviços.	1/4/2016	30/6/2017	COSUP
8.6	Identificação dos serviços de TIC envolvidos no ANO e atribuição dos gestores de serviços (considerando os classificados como essenciais pelo COGEST e o catálogo de serviços de TIC)	1/4/2016	30/6/2017	COSUP
8.7	Criação do portfólio de projetos de TIC	1/3/2017	30/6/2017	ASSIGG
8.8	Construção dos Acordos de Nível Operacional de cada componente de serviço	1/7/2017	30/7/2017	COSUP
8.9	Elaboração do modelo do Acordo de Nível de Serviço	1/7/2017	30/7/2017	COSUP
8.10	Capacitação em gestão de projetos	4/1/2017	19/12/2017	CETIC
8.11	Implantação da gestão de ativos	4/4/2016	19/12/2017	CETIC
8.12	Apresentação do modelo à homologação	1/8/2017	19/12/2017	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.13	Ajustes e finalizações nos acordos enviados entre as áreas envolvidas	1/08/2017	19/12/2017	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.14	Mapeamento dos riscos estratégicos de TIC relacionados aos processos eleitorais	27/3/2018	20/4/2018	CETIC
8.15	Implantação da política de gestão de mudanças	5/2/2018	28/6/2018	CETIC
8.16	Elaboração de norma de gestão de configuração	1/4/2018	19/12/2018	ASSIGG
8.17	Construção dos Acordos de Nível de Serviço de cada serviço essencial de TIC, conforme os Acordos de Nível Operacional	7/1/2018	19/12/2018	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.18	Apresentação do ANO para homologação	7/01/2018	19/12/2018	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.19	Elaboração do plano de gestão de riscos relacionados ao PETIC	2/5/2018	28/6/2019	CETIC
8.20	Apresentação do ANS para homologação	7/1/2019	19/12/2019	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.21	Comunicação Interna do ANO	7/01/2019	19/12/2019	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.22	Comunicação do ANS	7/1/2020	18/12/2020	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.23	Implantação do ANO	7/1/2020	18/12/2020	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL

Meta	8 – Consolidação do uso de melhores práticas de governança			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
8.24	Implantação do ANS	7/1/2021	19/12/2021	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.25	Assessoramento direto à gerência de projetos	31/3/2016	19/12/2021	ASSIGG
8.26	Acompanhamento da abertura dos projetos definidos no portfólio	1/7/2017	19/12/2021	ASSIGG
8.27	Inclusão da ASSIGG como parte interessada em todos os projetos da STIC	1/4/2016	19/12/2021	CETIC

Meta	9 – Consolidação do uso da metodologia de desenvolvimento de sistemas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
9.1	Desenvolvimento de projeto de extensão do PRODES para inclusão do subprocesso de sustentação ou customização de <i>software</i> .	6/2/2017	31/10/2017	COSIS
9.2	Desenvolvimento de projeto de extensão do PRODES para inclusão do subprocesso de sustentação de portais.	6/2/2017	31/10/2017	SEWEB
9.3	Realização de piloto de utilização do subprocesso de sustentação ou customização de <i>software</i> estabelecido no PRODES.	1/11/2017	30/3/2018	SESEL
9.4	Realização de piloto de utilização do subprocesso de sustentação de portais estabelecido no PRODES.	1/11/2017	30/3/2018	SEWEB
9.5	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação - CSI	1/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	10 - Efetividade no uso de sistemas judiciais aderentes ao MNI			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
10.1	Gestões, junto ao TSE, para definição do cronograma de implantação do PJe no TRE-PE.	6/3/2017	28/12/2018	DG
10.2	Implantação do PJe aderente ao MNI no TRE-PE.	TSE	TSE	COSIS
10.3	Desenvolvimento de sistemas judiciais aderentes ao MNI, quando priorizado pelo COGEST.	1/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	11 - Cumprimento das ações previstas no Plano de Segurança da Informação			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
11.1	Análise do plano de trabalho das ações previstas no Plano de Segurança da Informação.	18/4/2016	18/5/2016	CETIC
11.2	Viabilização da execução das ações de segurança da informação sob a responsabilidade da STIC.	2/5/2016	19/12/2021	CETIC
11.3	Monitoramento mensal das ações de segurança da informação sob a responsabilidade da STIC.	2/5/2016	19/12/2021	CETIC

12. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

12.1 Estruturação de pessoal

Para a execução de suas atribuições regulamentares, a STIC está estruturada em quatro Coordenadorias, já referidas no item 6 – Organização da STIC.

A unidade dispõe da seguinte força de trabalho:

Descrição	Quantitativo
Servidores efetivos administrativos do TRE-PE que atuam na STIC	32
Servidores efetivos administrativos de outros TREs que atuam na STIC	2
Servidores efetivos especializados do TRE-PE que atuam na STIC	31
Servidores efetivos especializados de outros TREs que atuam na STIC	5
Servidores requisitados – área administrativa	2
Servidores sem vínculo	3
Força de trabalho terceirizada	1
Estagiários	19
Total	95
Servidores efetivos especializados do TRE-PE que não atuam no Regional	6
Servidor efetivo especializado do TRE-PE que não atua na STIC do Regional	2

Encontra-se em curso na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 7.990/2014, de iniciativa da Justiça Eleitoral) projeto de aumento da força de trabalho alocada na área de TIC para toda a Justiça Eleitoral, incluindo o TRE-PE. A necessidade de aumento de pessoal está consignada no referido projeto, e corresponde ao acréscimo de 17 servidores efetivos, sendo 7 analistas de sistemas e 10 técnicos, ambos os cargos com perfil especializado.

O referido projeto de lei recebeu da respectiva relatoria na CFT (em 23.nov.2017) a opinião pela INCOMPATIBILIDADE e INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 7.990, de 2014.

Nos anos de realização das eleições, a estruturação de pessoal é ampliada temporariamente, tendo em vista a necessidade de contemplar força de trabalho específica para atendimento de demandas sazonais, que ocorrem na fase dos atos preparatórios das eleições. Neste caso, o aumento da força de trabalho ocorre por meio de contratação de serviços especializados, ou remanejamento de servidores de outras áreas do TRE, contemplando, minimamente, as seguintes atividades:

- Suporte à preparação, utilização e logística de urnas eletrônicas;
- Preparação, suporte e manutenção da infraestrutura de equipamentos, sistemas, comunicação de voz e dados de TIC;
- Gerenciamento das ações de TIC em 18 sedes (Polos) Regionais.

A definição de remanejamento temporário de servidores é coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE, que recruta, aloca e planeja a capacitação de servidores, observados os requisitos definidos pela área de TIC.

12.2 Plano de capacitação

O Plano de Capacitação - PAC vigente não contempla ações de treinamento para a área de TIC em 2016, por se tratar de ano eleitoral, quando as equipes estão dedicadas à execução de planos e cronogramas voltados para as eleições.

No final de 2016, contudo, será efetuado levantamento de necessidades de capacitação, que contemplará o foco de desenvolvimento para alcance das metas previstas no PDTIC.

Tal levantamento irá considerar os objetivos previstos no PETIC e as ações já consignadas neste PDTIC.

O Plano de Capacitação de TIC 2017 foi aprovado em 17/4/2017, conforme Despacho 0354224 registrado no processo SEI nº 0010734-93.2017.6.17.8000. O plano referente a 2018 foi aprovado conforme Despacho da Presidência em 22/12/2017, no Processo SEI nº 0026936-48.2017.6.17.8000. E foi disponibilizado/atualizado na *intranet* em 2.fev.18 no caminho:

Inicial > Institucional > Unidades Administrativas > Secretarias > Secretaria de Gestão de Pessoas > Capacitação > Plano Anual de Capacitação > 2018 > PAC 2018 STIC.pdf (88 KB)

13. PLANO DE INVESTIMENTOS E CUSTEIO

As aquisições de bens e serviços de TIC foram previstas e chanceladas com a aprovação do respectivo Plano de Contratações, em conformidade com os seguintes normativos: Resolução CNJ nº 182/2013, Resolução TRE-PE nº 249/2016 (Alterada pelas Resoluções TRE-PE nº 276/2016, e nº 282/2017) e Instrução Normativa TRE-PE nº 14/2017.

A Portaria TRE-PE nº 863/2015 dispõe sobre a aprovação, publicação e monitoramento do Plano de Contratações do tribunal para o exercício 2016 e define responsabilidades para a elaboração do Plano de Contratações do exercício 2017.

Os Planos de Contratações de TIC encontram-se disponibilizados no sítio deste Regional na internet (www.tre-pe.jus.br), no caminho:

Transparência > Contratações > Planos de Contratações

A partir da Instrução Normativa nº 14/2017, a elaboração, monitoramento e atualização do Plano de Contratações Institucional passou a ser regido por essa norma.

O Plano de Contratações de TIC 2018 foi elaborado pela STIC e submetido à apreciação superior em 24/8/2017, conforme documento nº 0445586, processo SEI nº 0023657-54.2017, e aprovado em 19/02/2018, por meio da Portaria TRE-PE nº 131/2018 (documento nº 0558698).

14. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TIC

Com a Resolução CNJ nº 182/2013, o orçamento de TIC está consignado, em cada exercício, no Plano de Contratações específico, o qual é revisado de acordo com a Instrução Normativa nº 14/2017, considerando os eventuais contingenciamentos orçamentários, bem como novas diretrizes institucionais.

15. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O processo de revisão do PDTIC consta do processo de governança de TIC do TRE-PE, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014, e está disponibilizado no sítio deste Regional na internet (www.tre-pe.jus.br), no caminho:

O TRE > Planejamento e Gestão > Planejamento do TRE-PE

16. FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC

O PDTIC passa pelo seu segundo ciclo neste Regional, porém alguns pontos são importantes para que os resultados sirvam como referência e sustentação para sua consolidação:

- aumento das reuniões do Comitê de Gestão Estratégica – COGEST (CDTIC), de forma a possibilitar que o fórum de governança seja permanentemente trazido para debate, e as definições organizacionais sejam tomadas com a participação ativa e efetiva de todas as áreas;
- patrocínio das áreas de gestão estratégica, incluindo a Diretoria-Geral e Assessoria de Planejamento Estratégico, tendo em vista a importância das unidades mencionadas no contexto de definição, monitoramento e validação contínua dos planos de governança definidos para o TRE;
- manutenção de uma política de investimentos permanentes e graduais em capacitação, para que a equipe da STIC possa acompanhar as rápidas e constantes evoluções de um ambiente que muda frequentemente padrões, metodologias e tecnologias;
- necessidade de criação de uma política de retenção de pessoas na área de TIC, tendo em vista o crescimento de atribuições, constatada formalmente pela grande quantidade de atividades previstas no Regulamento Interno do TRE, sem que tenha havido acréscimo no quantitativo de servidores alocado na STIC;
- apoio dos órgãos de controle interno e externo para monitorar o cumprimento das definições legais e estratégicas inerentes a área de TIC, sob pena de fragilizar a gestão e protelar o avanço perseguido pela legislação vigente;
- divulgação interna constante dos planos de governança definidos para o TRE, para que as definições sejam efetivamente cumpridas e monitoradas;
- apoio dos órgãos superiores, notadamente o TSE e o CNJ, no sentido de acolher e determinar aos Regionais o cumprimento das prerrogativas legais e administrativas definidas na legislação e outras instruções normativas vigentes.

17. CONCLUSÃO

A implantação gradual da governança corporativa tem trazido benefícios concretos, tais como:

- maior conscientização da necessidade de uma prestação jurisdicional de qualidade;
- criação de instrumentos para medição de desempenho;
- criação de estruturas organizacionais de suporte à governança (metodologias de gestão, unidades de apoio e fomento, comitês executivos, entre outros);
- planejamento mais consistente nas aquisições;
- maior valor agregado para a organização, tendo em vista o total alinhamento dos objetivos, iniciativas e ações de TIC com as diretrizes organizacionais.

O desafio ainda é consolidar uma cultura de governança quanto à utilização efetiva de melhores práticas de gestão, incluindo desde a definição das diretrizes até a gestão de projetos e operações.

Com a consolidação da cultura no âmbito interno, será factível um acompanhamento permanente dos planos de governança, que servirão como ponto de partida para que melhores resultados sejam alcançados, e para que a área de TIC possa aprimorar a definição, prestação e acompanhamento dos serviços definidos formalmente em catálogo apropriado.